

# PELA GREI

REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL  
PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR  
ANTONIO SERGIO

N.º 5  
1.º ANO — 1918

SECRETARIO  
A. REIS MACHADO

EDITORIA: Liga de Acção Nacional  
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua do Salitre, 55, 3.º, Lisboa  
COMP. E IMP. NA TIPOG. DA RENASCENÇA PORTUGUESA, R. Martires da Liberdade, 178—Pôrto

14 de Dez. 1918

## Dextrígrados e sinistrígrados

«No âmago dos grandes extravios das multidões ha quasi sempre uma idéa justa que as paixões viciaram. As resistências, porém, a esses extravios, não escapam a mácula identica».

ALEXANDRE HERCULANO.

Um aquário de caranguejos: uns andam para a direita, outros para a esquerda; uns dextrígrados, outros sinistrígrados. A isto se resume, nesta hora, o pensamento político português.

A situação moral dos dextrígrados sugere irresistivelmente a necessidade de lhes lembrarmos a devise do positivismo: *Ordem... e Progresso*. Deseja-se a Ordem, aclama-se a Ordem, rejubila-se quando há Ordem,—e chora-se, treme-se, anseia-se, quando se destacam (sobre o negrume da janela que se abre para o desconhecido) os olhos rubros da Desordem. Muito bem. Somos também pela Ordem. Mas como, e porquê?

Parece de rábula a pergunta; de fósquinhas,—dextrígrada e sinistrígrada. Pois a Ordem não será um bem em si, como a saúde e a beleza d'alma, a felicidade na terra e a bemaventurança no céu?...

Somos também pela Ordem;—e no entanto, não cremos im-

possível, de todo impossível, que algum caranguejo de tinta verde raciocinasse desta forma: a casa em sossego é um dos elementos da felicidade, mas não a própria felicidade: é possível a arrumação com desventura; e analogamente, a ordem pública é um dos elementos do bem publico, mas não é o próprio bem: há quietação às vezes na miséria, calma exterior na injustiça; e acaso o sossego desta hora encobre os vícios e êrros sociais que serão as causas, hoje abafadas, das graves desordens de amanhã. A ordem é uma resultante de necessidades satisfeitas; a verdadeira maneira de conseguir é satisfazer tais necessidades. O que recomenda, sobretudo, a ordem, é ser ela necessária ao esforço pela justiça; e só tem o direito de a manter quem dá passos incontestáveis no sentido do maior bem.

Somos também pela Ordem; mas não conseguimos atinar com o pensamento dos «conservadores» ao adoptarem para seu uso certas palavras de Lloyd George no comício do dia 14. O que Lloyd George pronunciou foi isto, segundo a própria transcrição dos jornais «conservadores»:

«Devemos combater o espírito revolucionário que anda no ar, com o espírito de ordem, unidade, *cooperação e sacrificio* que nos garantiu a vitória».

¿Quere pois dizer que os conservadores portuguezes estão prontos e decididos à cooperação e ao sacrificio? Que querem conquistar por generosos actos o nobilissimo direito de prègar a Ordem, exactamente como Lloyd George, que há muito conquistou esse direito? Que vão iniciar imediatamente (como Lloyd George) uma grande obra de reorganização agrária, que nos melhore a todos as condições de vida e nos dê pão de Portugal para as bôcas dos Portuguezes? Se assim é; vivam êles, os desejosos de sacrificio, de cooperação e de unidade; vivam os reformadores e a sua Ordem...

Somos pela Ordem, como na Holanda e na Suiça, — para começar. Os conservadores, se teimam em ver em Portugal o caso da Holanda e da Suiça, caem em confundir um problema concreto e de especialissima acuidade, o problema que é *nosso* e privativamente *nosso*, com uma complicação de character geral e diversissimo teor; procedem como um enfermo que, para cuidar em resguardos higienicos contra uma epidemia mais ou menos séria, esquecesse uma doença de muito perigo de que há muito tempo já sofria. Libertos da ameaça bolchevik, a Holanda e Portugal continuam como já eram: aquela, um organismo forte e progressivo; nós, uma carcassa doente e ameaçada por vícios antigos e fundamentais. Por cima da Holanda flutuou uma lufada de anarquia; nós trazemos

dentro de nós os germes da desordem permanente. Se o que vão fazer os conservadores, na calma da Ordem que se manteve, é atacar as fontes da doença de que sofre há seculos a nacionalidade, para pôr o povo de Portugal, o mais breve possivel, farto e limpinho como uma Holanda, livre e civilizado como uma Helvécia, — abramos crédito aos conservadores e atenhamo-nos á sua Ordem...

Ai de nós! Mas é disso realmente que estão tratando os conservadores? E falando em Lloyd George, na Holanda, na Suíça, não se transviam suas excelencias por atalhos de falsas assimilações? Hoje, em Portugal, os costumes, a politica, a literatura, são literatura, costumes e politica de *primitivos*; as proprias dos povos que estão na infancia. Tambem nas almas dos primitivos borbotam poesias das mais formosas; e acaso sómente nos Botocudos, nos Yukagures, nos Tupinambás, se cifraria um plano politico nas duas frases que os senhores conclamam: «ladear para a direita»; «trunfo é espadas». Os cérebros, balões de papel de seda, enchem-se, sobem, com a leveza de tal conteúdo... Mas hão-de convir v.<sup>as</sup> ex.<sup>as</sup> em que esse lábaro emparelha, na farfalhuda puerilidade, com a tontura e ineptidão do governo do 5 de Outubro, pino-teando para a esquerda, — e deixando por fazer as reformas necessarias e verdadeiramente democráticas. Caranguejos dextrigrados, caranguejos sinistrigrados, — quais serão de todos os mais crustáceos?

Um dia, a União dos Operarios apresentou um plano de reclamações. ¿Tôsko, rudimentar, simplista, inexequivel em alguns pontos? De-certo; mas enfim, um plano, que em muitas partes era aceitavel aos mais ferrenhos dos conservadores. Que fizeram vossas ex.<sup>as</sup>? Esqueceram-se de que a um plano se responde sempre... com outro plano; a um tentame débil de intelligência, com um rasgo de intelligência mais perfeito. As espadas, senhores, são certamente necessarias, mas não substituem o pensamento... ¿E se viesse com elas, tambem, um regador de ideas claras, que abatesse com borrifos de senso comum a poeira revôlta de tanta vaidade?

Tambem somos pela Ordem... Mas temos nos ouvidos a guizalhar duas sentenças que nos não largam. A primeira é de Cavour, e diz assim: o estado de sitio permanente é a maneira de governar dos imbecis; a outra (se não erramos de Mazzini) afirma que os soldados que vencem bem — são os que atacam com Ideas nas pontas das baionetas.

(R. S. ? E. G. ? A. S. ?)

## A SITUAÇÃO ECONOMICA

### Falencia

#### III—REMÉDIOS DA CRISE ECONÓMICA

##### I—A VALORISAÇÃO DA GREI:

Não é de modo nenhum o alívio, pela Paz que está a chegar, do pesadelo em que viviamos, que nos pode salvar, se não cuidarmos já e depressa de debelar a crise económica. Todas as questões nacionaes cifram-se, em última análise, num problema de economia, posto de há séculos já sem nunca ter tido uma solução regular, e agravado especialmentê nas duas últimas décadas, depois de 1900.

Não pensemos, justamente porque este problema do trabalho depende da solução pedagógica, que podemos ir préviamente adextrar as gerações moças pela escola para produzir *rendosamente*<sup>1</sup>, porque viria tarde em demasia essa solução: faliríamos muitissimo antes. Como tem sido dito nesta revista, a reforma económica e a reforma pedagógica devem começar simultaneamente e desde já, e para o mesmo fim nacional. A normalisação da economia nacional tem de ser feita pela geração actual, tem de ser encaminhada num lustro e executada em dois pela geração que hoje trabalha e mantém a actividade portuguesa. É necessário *improvisar* a legião dos reformadores da vida nacional: teremos de aplicar em outras normas de actividade os actuaes recursos de gente que temos — a não ser que prefiramos a invasão pelo estrangeiro para proveito do estrangeiro.

A Sociedade das Nações... Sabemos muito bem que na sociedade dos individuos se lança á margem o dissipador, o imprevidente, o ignorante, o incapaz de acompanhar os outros na vida do trabalho. Não angarie Portugal, pela sua actividade no seu território, os recursos para pagar o que deve, que verá por onde lhe ha-de ficar a independencia nacional, quando os crédores lhe exigirem os juros da divida a tempo e horas, e lhe terminarem com o crédito.

<sup>1</sup> As reformas que vão fazer no ensino técnico, ainda que sejam boas em si, não valerão de nada (porque nada modificarão a tempo), se agora não reformarmos também as condições do trabalho nacional.

Não reste, pois, duvida a ninguem que temos de ser nós, a geração já feita, quem ha-de salvar ou perder de todo a Grei.

Uma nação é, em última análise, um viveiro de gente: cada nova criação é preparada pelas anteriores para a continuação do labôr nacional.

A nós nos prepararam a crise actual; nós mesmos, por uma pasmosa ignorância e imprevidencia, a fomos agravando. Se não acordamos, como o Lazaro, para a vida hodierna dos outros povos, teremos o cativeiro, embora para isso não seja necessário mudar de bandeira.

Foi principalmente depois de 1900 que se acentuou o desequilíbrio na actividade portuguesa. Mal vae a um povo, quando, tendo um território cheio de valôres potenciaes, se atira a emigrar intensamente; e quando, tendo *metade* da sua gente a trabalhar na terra, não consegue tirar dela o pão e as matérias primas fundamentaes para o seu consumo.

A emigração portuguesa cresceu loucamente a partir de 1900 até que surdiu a Guerra: dos 20.000 emigrantes a que baixou na depressão de 1900 (depois da alta de 1895), subiu aos 90.000 de 1912, dando então um desfalque na população, quando devia ter dado um aumento de 49.000 pessoas (v. *A Grei*, p. 55 a 74, e 218). Aprecia-se melhor o que foi a emigração de 1912 imaginando que seriam necessários **120** paquetes, cada um a transportar **800** emigrantes, para levar a gente que deixou a nossa terra da Ibéria naquele ano: tanta gente como a que povôa as nossas cidades de Portalegre, Elvas, Evora, Beja, Faro, Silves e Lagos! **A mais de duzentas pessoas por dia, todo o ano!**

Durante a Guerra, a par com as tropas que a Grei teve de dar, a emigração, temporária uma, em pura perda de gente outra, ainda foi notável: cerca de 21.000 pessoas em 1914; e 14.100 em 1915. E, se não houver o cuidado de facultar já trabalho lucrativo no Portugal da Ibéria e das Colonias, no fim da Guerra a emigração tomará novamente valores elevados, anormais decerto, porque são muito maiores as cotações da gente no mercado externo: morreu muita gente na Guerra... e para os trabalhos de reconstrução até servem os cavadores e os creados de servir. O Brasil vae alargar o seu labôr agrícola e promover o máximo povoamento.

Nós temos feito vida nos últimos tempos com o dinheiro dos emigrantes: um dinheiro que nos tem empobrecido, a final de contas. Continuar da mesma fôrma é suicidarmo-nos como nação, porque o país ficaria cada vez menos aproveitado (mais cubiçavel) a gente nova cada vez menos apta pelo exodo dos melhores; e assim em pouco tempo iriamos á decadência irremediável.

A vida portuguesa ultimamente é uma verdadeira autofagia.

Velhissima entre nós é a tendência para só favorecer os fracos, os degenerados, os estereis. Reerguidas as muralhas e as fortalezas da reconquista, feitos os primeiros trabalhos do povoamento e da utilização das terras que o sarraceno dominara, quasi toda a actividade nacional na Ibéria se orientava para o Outro Mundo: enquanto o europeu engenhava e produzia, nós rezavamos.

As revoluções constitucionais trocaram depois os frades e freiras por soldados e burocratas: os ocios do latim e do incenso pela papelada dos quartéis e dos govêrnos civis. E até hoje vem impressa na nossa finança e na nossa vida a norma dos tempos idos: a Junta do Crédito Público tem muitos mais títulos averbados a confrarias, irmandades, abades, cabidos, devoções, conventos, igrejas, mitras, seminários. . . *gente estéril e quasi sempre nefasta*; a favôr de misericordias, hospitais, albergues, asilos, monte-pios, ordens terceiras, pobres. . . *gente mais ou menos impotente e desvalorisadora da Grei*, do que a favôr de escolas, de institutos de aperfeiçoamento técnico, de bibliotecas populares, da valorisação *profícua* da infância e de quaisquer estímulos de aperfeiçoamento da raça.

Jamais surgiu, nem da filantropia dos particulares, como fazem os Carnegies, nem da iniciativa dos govêrnos, como fizeram o norte-americano e o inglês, um gesto de estímulo e favôr ao desherdado de haveres, mas cheio de energia, para o ajudar a subir: deixa-se a asilos e a hospitais; inauguram-se cozinhas económicas, e albergues para os filhos dos militares graduados; e enquanto se amplia a galeria dos retratos dos bemfeitores, não se repára que esta protecção vem demasiado tardia, e que melhor fôra e melhor será evitar a miséria regional pela remodelação das condições económicas, base da transformação das precárias condições sociais. Com aquilo agravamos os encargos da Grei e favorecemos a propagação dos degenerados. A caridade e a filantropia descarrilaram a intenção de favorecer a humanidade, pelo aumento dos incompetentes para a vida.

É necessário dar outra orientação aos favôres do Estado e dos particulares. Durante séculos erguemos templos a Deus e casas de reza e de ocios; urge levantar os monumentos do trabalho útil á Grei.

Todas as providências políticas, educativas e de progresso económico devem, no fundo, promover o melhoramento da raça, de modo a perpetuar sobretudo os que são física, moral e mentalmente fortes.

Urge, pois, valorisar a Grei em organização improvisada *mas de exito seguro*, modificando os seus processos de trabalho para que *seja muito maior o rendimento do labôr nacional*, e fazendo *uma distribuição na sua actividade de modo que se colha o máximo de vantagens nacionais*—o máximo crédito da Grei no inter-câmbio das nações.

Para isso urge pôr a trabalhar utilmente todos os que podem trabalhar; dar a cada trabalhador a tarefa em que mais possa produzir e os meios de trabalho de máximo rendimento; coordenar a actividade geral para um fim nacional. Mais concretamente: urge levar o capital portuguez á actividade económica no nosso território; fazer que a fôrça da producção agrícola—a luz solar—não se perca por anos e anos seguidos a mirrar a terra mal aproveitada; que os rios e torrentes não se escôem para o mar apenas com a tarefa de fazer maus versos aos poetas das Saudades; que os minérios não jazam anos e anos nas concessões açambarcadoras, como jazeram séculos e séculos no seio da terra; que os montes e as serras não continuem por mais tempo despídos de arvoredo; que os rios e o mar não fiquem cada vez com menos peixe. E para isto, organizar o trabalho nacional de modo que dê mais lucro do que o jogo financeiro da papelada; acabar com a enxada e com o arado como instrumentos primários da lavoura; fazer uma profunda remodelação agrária, estabelecendo um outro sistema de exploração da terra, especialmente no Sul, de modo que uma parte dos trabalhadores ruraes e dos ganhões tenha maior lucro de produção acrescida do que o simples salário ou soldada do costume; dar de beber á nossa terra sequiosa; rever o nosso sistema tributário, especialmente a contribuição predial rústica, de modo que haja mais equidade; estudar o aproveitamento dos nossos recursos hydro-electricos, e utilizar sem demora os mais úteis, de modo a substituírmos o máximo de energia dos combustiveis vários pela energia da água; explorar os minérios para o melhor lucro nacional; partilhar todos os baldios que devem ser arborizados e encaminhar a sua arborização; acabar com a nudez de arvoredo nos montes, na charneca e nos campos do Sul; semear peixes nos rios e educar para que os deixem crescer, bem como defender o peixe do mar; aparelhar estaleiros modernos e fazer uma frota nacional de comércio; fazer os portos necessários.

Para conseguir tudo isto com a pressa necessaria é mister dar a reforma a uma boa parte da burocracia directora; organizar para produzir *trabalho*, e não para produzir *pareceres*, a restante; importar os metodos e os processos de trabalho, e os modelos da

maquinaria; *experimentar a produzir*, e produzir em progressão muito rapidamente crescente.—Parece que também é necessário, por cada mancebo para soldado ou para bacharel em tretas, destinar um cento de outros para lavradores, para industriais e para comerciantes, com boa proporção; por cada espingarda de soldado ou de policia (visto que esta também as usa) distribuir pela Grei productora de coisas a entregar á Ordem meio cento de grades, uma debulhadora, vinte silos. . . vinte animaes reproductores, como estampas; instalar um viveiro de plantas por cada vinte metralhadoras de matar gente, ou por cada canhão; abrir um posto de propaganda de melhores métodos de economia agrícola e industrial por cada esquadra de policia; instalar uma fabrica de máquinas agrícolas por cada fabrica de polvora ou de espingardas, e por cada quilha de navio de guerra; e adextrar um caixeiro em termos por cada guarda fiscal. . . Entregar á lavoura creadora, á indústria, em suma, ao trabalho útil e fecundo, os herois que regressam da Guerra; e utilizar a fazer estradas e caminhos de ferro, e a fazer matas ou a cultivar o solo, os delinquentes que por capacidade fisiologica o possam fazer, em vez de estarem na escola do crime a contribuir para a miséria nacional. . .

Parar, por uma vez, com o arrastadissimo (e vergonhoso pela rotina da ferramenta) levantar de palácios dos serviços públicos em Lisboa e no Porto (desconexos no plano, pobres de estética, anémicos de vida constructiva e já falhados para o seu destino), enquanto não se erguerem até á devida altura as obras muito mais necessárias por esse país fóra para valorisar a Grei, que nos não-de dar de comer, de vestir, de calçar, e que nos não-de assegurar os valôres com que possamos então erguer e sustentar os palácios das cidades. —¿ Pois não tem sido êles uma causa séria da nossa desorganisação nacional?

A remodelação urbana, que é tão necessária, positivamente não deve ser começada por ahi.

A um pòvo de indolentes do espirito—de parias da gleba, de fatigados da enxada e da officina por não terem organisação, de bachareis, de poetas, de mendigos do orçamento, e de brasileiros ricos e pobres—a um povo de crendeiros e de malavindos, urge dar um ambiente de vida nova muito diferente do actual: é necessário fazer uma *revolução pacífica* para valorisar a Grei.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

## A SITUAÇÃO INTELECTUAL

### O Ensino industrial

#### Como elemento intensificador da produção <sup>1</sup>

**DUAS PALAVRAS PREVIAS**—Em primeiro lugar devo prevenir os que me escutam de que, tendo publicado varios trabalhos sobre ensino tecnico industrial e comercial, sou naturalmente forçado a repetir aqui o que em outras partes escrevi. Não pode ser de outra forma.

Em segundo lugar careço de explicar o titulo da Conferencia.

Parece á primeira vista que todos de boa mente aceitarão a afirmativa de que o trabalho de ordem tecnica se desenvolve consideravelmente sob a influencia da escola. Julgo porem que a disposição dos espiritos—entre nós—em geral ainda não é essa. Eu sou do tempo em que se pensava até em sentido contrario. Fui há quarenta anos trabalhar no Caminho de Ferro da Beira Alta, e o que os praticos me disseram, á minha entrada nas obras, foi apenas isto:

—Ah! o snr. vêm da escola!... Pois cá, na vida real tudo é diferente do que se lê nos livros!...

As nossas industrias poucas reclamações têm dirigido ao Estado, em materia de ensino tecnico; na maioria dos casos pedem protecção pautal para artigos que continuam a ser inferiores, e a não poderem sustentar a concorrência do mercado.

Não é para admirar, porem, que os homens praticos dos caminhos de ferro assim pensassem e que as nossas industrias só agora comecem a acordar para a clara visão das suas necessidades em materia de instrucção tecnica. A educação portugueza de caracter abstracto e geral, a falta de preparação tecnica e de especialização nas escolas, a má mão de obra dos construtores e os maus proces-

<sup>1</sup> Conferencia feita na Sala «Algarve» da Sociedade de Geographia de Lisboa em a noite de 29 de Janeiro de 1918. Esta conferencia pertence á serie promovida pela Sociedade de Estudos pedagogicos e realisada pela Liga de Acção Nacional.

sos de construção, tudo isso junto explica a opinião formulada pelos nossos constructores empiricos e pelos industriaes rotineiros.

Fez entretanto profunda impressão no meu espirito essa corrente mental dominante ao tempo na vida dos nossos caminhos de ferro; e passados anos, vendo como eram construidos os caminhos de ferro da Inglaterra e da Alemanha, reconheci quanto ella era falsa, e como as grandes velocidades atingidas nas linhas desses paizes só se explicavam porque ellas foram construidas segundo as regras que se encontram nos livros.

Sucede ainda que, nas escolas industriais do mundo inteiro, é de recente data a grande extensão tomada pelo regime officinal. O ensino profissional, isto é—aquele que forma o operario integralmente para a vida da profissão, que realisa a aprendizagem completa na escola e entrega á pratica profissional o operario inteiramente formado—esse tipo de ensino é moderno.

A Belgica que, para resolver a sua crise de tecelagem aí por 1845, estabelecera os *Ateliers de aprendizagem da Flandres*, o ensino profissional da tecelagem portanto, e dele tirára tão notavel proveito, não queria por forma alguma aplicar esse tipo de ensino a outras industrias, e persistia na velha ideia de que a aprendizagem só pode e deve fazer-se na pratica profissional, e nunca na escola. E lembra-me ainda de um distinto engenheiro allemão que viveu muito tempo entre nós, me dizer na sua fabrica, ha uns 15 anos, absolutamente o mesmo que eu ouvira na Belgica outros tantos anos atrás.

É que o regime da officina escolar, sendo de difficil e dispendiosa instalação, nunca pode ser para essas nações senão objecto de diletantismo e de méra curiosidade pedagogica; e só foi estabelecido a valer quando as necessidades nacionaes o impuseram, quando a concorrência dos mercados lh'o indicou como unica solução duma politica economica superior.

Com effeito, a aprendizagem na fabrica, na pratica profissional, é sempre um elemento perturbador da marcha regular do trabalho, e portanto uma causa constante de elevação de preços. As proprias fabricas tiveram pois necessidade de afastar de si esse elemento perturbador, e de fundar a escola da pratica profissional. E vi casos, como exemplo o da escola de *Curtimenta*, em Freiberg—Saxonia, fundado por um grupo de fabricas, auxiliado mais tarde pelo governo central, em que o aluno trabalhava como dentro da propria fabrica, em todas as especialidades dessa industria, com todos os mais modernos mecanismos, e produzindo todos ou quasi todos os couros do mercado allemão.

\*

\*

\*

Não é todavia esta a unica forma moderna que o ensino industrial, ou tecnico industrial, tem tomado. Convencionou-se já ha bastantes anos que a denominação — industrial — em contraposição com a de profissional, se applicasse para designar o ensino teorico em classe que fosse reclamado pelo operario já formado, sucedendo que em geral o ensino profissional é diurno, ao passo que o industrial é nocturno. Mas essas duas formas não bastavam para as necessidades industriaes; porque se ligaram a cursos mais ou menos regulares, com sucessão de materias ensinadas segundo determinados programas e uma amplitude de applicação que procurava abran-ger todas as industrias locais e suas fabricações. Surgiram porem as estações escolares de pesquisa e consulta, destinadas a achar soluções isoladas de problemas industriaes urgentes e de superior alcance. Vem ainda ajuntar-se a estes aspectos da questão, a politica economica da conquista do mercado, chamando a atenção do tecnico para a necessidade de baixar o preço da produção — o *prix de revient* — o que introduz na escola e na officina-escola novos processos e metodos de ensino. E essa remodelação pedagogica, abrangendo todo o organismo escolar, incide em especial sobre o desenho que é profundamente transformado, sobretudo nas nações do norte, na America e na Inglaterra, e vem dar a todo o ensino um caracter de suprema utilidade até ha pouco tempo desconhecida.

Ora, muitas dessas formas novas não foram até ao presente introduzidas entre nós. Persistimos, no regime do nosso ensino industrial do grau elementar, pelo menos, no estado em que ele nos aparece em 1884, se é que não perdeu até alguma das justas medidas pedagogicas que o caracterisavam no seu inicio, quando Antonio Augusto de Aguiar o estabelecera. A propria guerra actual que é caracterisada principalmente pelo triunfo da tecnica mais generalisada e avançada, nem ela propria nos convence de que é absolutamente indispensavel fazermos muitas cousas, mas fazê-las bem e a tempo. E, durante essa mesma guerra, a Alemanha ameaçada na sua politica de expansão economica, responde ás ameaças das nações que não receberão mais os seus artigos, aumentando consideravelmente as suas escolas tecnicas e comerciaes.

A lição da guerra tem, pelo menos aparentemente, aproveitado a outros paizes e, como veremos, até áquele que nos serviu de

modêlo neste ramo de serviços, á França. Ela agita-se e os seus homens eminentes sentem a necessidade de remodelar o existente em materia de ensino tecnico.

Tal é o tema que me proponho tratar e que no actual momento atinge uma acuidade excepcional. Urge relacioná-lo com as nossas necessidades económicas, afastando-o por completo do campo das abstracções que tanto nos encanta e prende, para que o ensino industrial possa converter-se no valioso intensificador da producção que é.

Desejo porém não limitar a considerações minhas as afirmações que me devem servir de ponto de apoio. Em inquéritos jornalísticos ultimamente feitos entre nós, todas as admirações vão para a França, para essa nação cujas instituições de ensino técnico serviram de modêlo ás nossas. Diante duma tal atmosfera sentimental por vezes deixei de me manifestar, porque teria de dizer que em muitas cousas, já os francezes deixaram de se admirar a êles mesmos, para admirar os alemães e os norte-americanos; que a nossa admiração tinha pois o grave defeito de vir atrasada de muitos anos e de se achar em plena opposição com o pensamento actual dos nossos aliados. Permitam-me pois citar ideas que a tal respeito correm hoje em França.

Evidentemente não quero com isso ir ferir os mais respeitaveis sentimentos de simpatia que possamos ter por tal ou tal nação. O que nos cumpre é vêr claramente o problêma a resolver, despindo-o de todo o prurido de falsa sciência, de todos os preconceitos que enxameiam neste campo de actividade, de todo o formalismo consagrado que nos tolhe os movimentos e não nos permite emanciparmo-nos das ilusões em que temos vivido.

Há anos procuraram-me duas senhoras, mãe e filha, que me traziam uma carta de apresentação e desejavam obter o logar de mestra de labores numa das nossas escolas. O logar era para a menina que se propunha ensinar corte. E, como eu lhe perguntasse onde havia feito os seus estudos de desenho, respondeu-me a mãe com verdadeira autoridade:

— Isso não é preciso para fazer vestidos. É tudo questão de habilidade, e a minha filha tem muita habilidade.

Passados dias encontrava-me com o amigo que me escrevera a carta de recomendação, e expuz-lhe porque era impossível propôr uma mestra de corte naquelas condições; o que representava no ensino respectivo a falta do desenho; o que se dizia a tal respeito nas escolas estrangeiras e o que se encontrava afirmado nas obras especiais. E o meu amigo, sorrindo desdenhosamente, afirmou:

—Pois, menino, por esse caminho não vais longe.

Era um môço inteligente que gozava de grande influência política e que, porventura, simbolisava duma maneira viva e espontânea o nosso modo de sentir e pensar nestes assuntos.

\* \* \*

O Snr. P. Astier, senadôr e publicista largamente conhecido, presidente da Comissão de Ensino Técnico da França, autoridade incontestável na matéria, em um artigo publicado a 24 de Fevereiro de 1917 no periódico *Le Journal*, e intitulado — *A Alemanha estava preparada para a guerra industrial* —, depois de se referir á rapidez maior ou menor com que se operou a *mobilisação das várias industrias* no sentido do abastecimento de materiais de guerra e munições, diz o seguinte:

«Todas as conquistas da ciencia moderna na electricidade, na mecnica, em productos quimicos, explosivos, navegação aérea ou submarina, applicam-nas (os alemães) *rigorosamente, engenhosamente*, á direcção da guerra... Tal é o espectáculo que a Alemanha oferece ainda hoje, após trinta mezes de guerra. E como explicar o facto de ela ter conservado durante tanto tempo, no duplo ponto de vista científico e industrial, uma superioridade acentuadissima sobre o nosso grupo de aliados, sobre a *Entente*? Incontestavelmente e em grande parte pelos trabalhadores de todas as profissões que ela formou em escolas especiais e nos cursos profissionais, espalhados profusamente no seu territorio; ela deve-o ao numero e qualidade dos tecnicos de toda a especie, engenheiros, electricistas, fisicos, quimicos, constructores, architectos, etc... que conseguiu apresentar, e á multidão de artifices e operarios qualificados que chegam a executar depressa e bem os projectos concebidos por esses chefes. Em outros termos, a poderosa organização industrial alemã resulta de uma instrução systematica que visava á utilização pratica das descobertas scientificas».

«A Alemanha foi a primeira das grandes nações que applicou o principio da *instrução tecnica obrigatoria*, complemento e prolongamento do ensino primario (notemos); ela quiz que todos os rapazes destinados ao commercio e á industria frequentassem, durante tres anos, cursos especiaes relacionados com a respectiva profissão; e, acima deste grau elementar, criou uma serie de escolas tecnicas medias e superiores nas quais se forma o pessoal desse exercito, contramestres, directores, engenheiros e patrões, chamados a provocar, sem a menor interrupção, os progressos da industria. Anteriormente a 1914, calculava-se que o numero de estudantes, não contando os ouvintes livres inscritos nas onze Altas Escolas Técnicas do Imperio, era de 15.000; o dos alunos das 550 escolas industriais de grau medio de 50.000 pelo menos; e o dos 2500 cursos de aperfeiçoamento industrial para cima de 300.000; isto é — cerca de 400.000 rapazes, independentemente dos 50.000 que, frequentando as Escolas Comerciais, se

preparavam todos os anos, por um treno regular, para as carreiras activas, aquelas de que depende a prosperidade economica das sociedades modernas. Pelo que respeita em especial ao ensino da quimica, este achava-se então distribuido por umas vinte escolas de applicação, devendo estremar-se, entre outras, as de Mulhouse, Brunswick, Aix-la-Chapelle, Brême e Crefeld; e note-se que não me refiro ás onze Altas Escolas Tecnicas e a 6 Tecnicos, nos quais ha secções especiais».

Pela mesma época, senão alguns mêses depois, aparecia ainda em França um livro—*Vers la democratie Nouvelle*, de Lysis, em que êstes casos são estudados sob uma luz muito mais crua, tirando-se ilações que surpreenderão deveras um grande número de portuguezes, acostumados a acatar, como ciência maxima e definitiva, toda a potrea pseudo-cientifica que de lá nos vinha. Ê dêsse livro que extraio as seguintes afirmações referentes ao *Ensino técnico*:

«A Alemanha cobriu o seu territorio de institutos e escolas profissionais, possui no topo da sua producção um verdadeiro exercito de engenheiros e de quimicos, e na base uma multidão de operarios instruidos, conhecendo bem cada qual, a sua especialidade! Poderemos nós crear em França uma situação analoga dentro de alguns mezes, ou até da alguns anos? Evidentemente não, tanto mais quanto não se trata apenas de instalar escolas, de pagar professores ou matricular alunos, mas de crear no paiz, por assim dizêr, **uma maneira, uma mentalidade, uma disposição de espirito nova**. Ha trinta anos que caminhamos para trás, pensando que vamos em progresso».

«...O nosso ensino industrial é tão insufficiente que já não se deve pensar em reformá-lo, mas sim em o crear de novo, dos pés até á cabeça. Na Alemanha sabios e fabricantes vivem em relações estreitissimas... Dizem que os francezes são rebeldes á associação. Ê exacto, e isto tem prós e contras; mas é facto tambem que acarreta consigo a dispersão da força. Não seria prudente concluir que a iniciativa individual pode deixar de ser o sustentaculo da producção; é porém certo que a exploração industrial vai tomando um caracter colectivo...»<sup>1</sup>

Sem querer neste momento ocupar-me da questão social aqui apontada, e que na Alemanha obteve uma solução superior á de qualquer outro país,—a da conciliação do espirito de invenção com o de associação e cooperativismo—só devo acrescentar que as afirmações das autoridades especiais que citei não me surpreen-

<sup>1</sup> Podia alargar esta serie de citações, fazendo extractos de outras publicações francezas em que se confirma este modo de vêr. Limitar-me-hei porém a chamar a atenção do leitor para dous recentes trabalhos de vulgarisação em que se encontram forte e largamente desenvolvidos os assuntos a que me refiro: *La Main-d'oeuvre après la guerre*, pelos doutores J. Leclercq e P. Mazel, da livraria Larousse, e *Ou allons-nous?*, por Victor Cambon, da casa Payot & C.<sup>ie</sup>, ambas de Paris.

deram de maneira alguma. No relatório que escrevi em Outubro de 1901, após a viagem de estudo que fiz ás escolas técnicas elementares da França, Bélgica, Alemanha e Inglaterra, escrevi eu que as indústrias ingleza e francesa succumbiriam deante da alemã e da belga, se persistissem em seguir processos de ensino e propaganda diversos dos alemães; que era necessario pôr de parte todos os preconceitos francezes que envolvem o seu ensino industrial e comercial; que, acima de tudo urge especialisar a escola e ligá-la intimamente com a producção local, abandonando as systematisações centralistas de character uniforme e geral.

Eis as razões porque eu disse que na França se pensa em re-fundir, senão em crear de novo o seu ensino tecnico industrial e comercial. E se assim succede nêsse país cujas *modas espirituais* procuramos imitar, como imitamos as *modas dos trapos*, não é evidente que devemos pensar egualmente em remodelar todo o novo ensino tecnico industrial e comercial, tanto mais quanto é certo que não imitamos a França em materia de iniciativa mental e invenção?

Para mim não resta duvida:

1.º—de que o ensino industrial é um *poderoso elemento intensificador de toda a producção*;

2.º—de que o novo ensino industrial carece de ser reorganizado porque, na sua organização, se seguiu em mau modêlo;

3.º—de que êle deve sêr todo especialisado e convenientemente adaptado ás indicações da nossa producção e das nossas necessidades.

E dito isto, entro em materia.

(*Continúa*)

ANTONIO ARROYO.

«Não te leves de palavras; crê os homens — não em uma ou outra acção, mas na ligação das acções por um tempo consideravel. As palavras não são nada quando contrárias aos factos, e os factos de um dia são ordinariamente destinados a enganar os nescios».

MOUSINHO DA SILVEIRA.

«Ninguem pode dizer qual será a extensão da revolução mundial que succederá á guerra, mas pode-se afirmar que o problema da producção predominará sobre todos e que a existencia ou o fim social e politico dos povos dependerá sobretudo da sua productividade».

RATHENAN.

«Esperar-se-há em vão o ressurgimento do país se o objecto das leituras, as preocupações e a mentalidade do público se não modificarem».

VÍCTOR CAMBON.

## Sobre as recentes reformas da Instrução

Levado ao poder por uma revolução victoriosa, dispondo das vantagens que dá o exercicio da dictadura, abalançou-se o Governo a largos cometimentos pela pasta da Instrução. O Ministro, professor de Ensino Superior, homem inteligente e de boa vontade, encontrou nas pessoas que formaram o seu gabinete estímulos eficazes para esses cometimentos e, em 30 de janeiro, o *Diário do Governo* publicou uma portaria de 21 d'esse mez, annunciando a intenção do Governo da Republica de «promover uma revisão de conspecto a todos os graus e todos os serviços de ensino publico, menos com o escôpo de fazer uma remodelação radical que com o de aproveitar as indicações da experiencia e de atender ás mais urgentes necessidades e mais vivas aspirações dos corpos docentes, discentes e da opinião publica esclarecida, etc. . . .». Por esse documento nomeava-se um certo numero de Comissões que deviam occupar-se cada uma de seu ramo de ensino, ao mesmo tempo que se lhes traçavam as normas de trabalho, se lhes indicava permenorizadamente os assuntos mais importantes que deviam occupá-las e lhes era marcado o prazo de trinta dias para concluir a sua obra.

Fiz parte de uma dessas Comissões, a de ensino universitário, onde ocupei o posto de secretário; pertenci a uma das sub-comissões em que aquella Comissão se dividiu, a de ensino medico, onde fui tambem secretário e relator. O ensino superior e os seus diversos ramos, foram, com o secundário, os únicos ramos de ensino reformados no *Diario do Governo*, em consequencia do trabalho das Comissões. Não tenho pois que lamentar-me de ter trabalhado em vão; não me queixo mesmo de ninguem, desde o Ministro, animado de sincero desejo de ligar o seu nome ás reformas, até aos membros da Comissão, tão benévolos sempre para o secretário que lhes tinha sido dado. As considerações que venho aqui fazer nesta revista, que paira muito acima de toda a espécie de interesses particulares ou de partido, serão, assim o quero e espero, animadas do mesmo espirito. A história desta campanha de reformas de ensino encerra lições preciosas; farei a diligencia de as pôr em relevo e oxalá que os meus leitores reconheçam a sinceridade e a serenidade com que me entrego a essa tarefa.

Pareceram-me indispensaveis estas explicações. O que vou dizer sobre as reformas destôa do côro de louvores que as acolheu e que tão merecido era, de resto, sob certos aspectos. É minha forte convicção de que a obra reformadora que se projectara foi, no conjuncto, um insucesso notavel, e é do meu dever demonstrá-lo por forma a não ficarem dúvidas sobre as minhas intenções.

A portaria—ou, antes, as portarias ordenadoras—continham em germen grande parte do insucesso. Basta énumerar as Comissões creadas para comprehender o vicio de plano original. Nomearam-se Comissões de ensino universitário, de ensino secundário masculino, de ensino secundário feminino, de ensino primário e normal, de ensino técnico, de ensino agrícola, de ensino artístico, de ensino dentario, de bibliotecas e arquivos, de

sanidade escolar e de educação popular. Nada mais heterogeneo do que estas 11 Comissões; nada, sobretudo, de mais desequilibrado. Pôr assim, lado a lado, como espécies homólogas, o ensino universitário e o ensino dentário, atender ás exigencias diferentes para os dois sexos no ensino secundário, sem as tomar em conta no primário, considerar as bibliotecas e arquivos como ramos de ensino olvidando os museus, dar ao ensino técnico a necessária individualidade mas recusa-la aos da Medicina e do Direito, obscuramente relegados na vastidão do ensino universitário, foram outros tantos erros de concepção que haviam de pesar desagradavelmente nos destinos da obra projectada. A alguns procurou-se depois remediar constituindo sub-comissões, agregando vogais, etc., sem comtudo se encontrar remédio eficaz.

Não foi mais feliz a constituição das Comissões. Por muito delicado que seja este ponto devo considera-lo como aos outros. Pesaria sempre sobre mim a acusação de cobardia intelectual se o receio de melindres pessoais me levasse a dissimular a verdade. De resto, não preciso, felizmente, de melindrar ninguem, antes abrigo a esperança de que o que vou dizer seja reconhecido como justo por parte d'aqueles que poderiam considerar-se atingidos.

O simples facto de se ser professor de qualquer ramo de ensino, seja qual for a eminencia do mestre, não significa a posse de competência especial em matéria de pedagogia. Os problemas da organização do ensino são materias muito complexas que nem todos os professores conhecem e muitos que são peritos na arte de ensinar a sua especialidade são estranhos a questões fundamentais dessa organização. Tal facto é, sobretudo, visível em Portugal cuja bibliographia pedagógica — que não cabe negar porque existe — é, comtudo relativamente escassa, em especial no que respeita a certos ramos de ensino. Instamente o facto de serem raros aqueles que da pedagogia, da organização dos estudos, se teem occupado entre nós, lhes dá maior preço no nosso paiz tão mínguado de competências autênticas. As questões do ensino a poucos são familiares; pois a esses devia-se ter confiado o estudo das reformas, *fossem ou não professores*.

Ora, dâa a quem doer, é necessário afirmar que este critério não serviu para a escolha dos comissionados. Sem duvida que nas Comissões existiam competências autênticas, mas o seu numero era inferior ao dos que ficaram de fora, e a constituição das Comissões foi segundo erro a juntar ão primeiro.

Assim, por exemplo, a Comissão de ensino universitário foi constituída, segundo um critério de uma espécie de representação proporcional, por um professor de cada Faculdade ou Escola universitária; e como ha 3 Faculdades de Sciencias, 3 de Medicina, 2 de Direito, 2 de Letras, 3 Escolas de Farmácia e 2 Escolas Normais Superiores, os 15 vogais da Comissão repartiam-se precisamente por esta forma.

No nosso professorado superior encontram-se mestres que teem demonstrado conhecimentos especiais de pedagogia do seu ramo de ensino, competência especialisada em questões de organização dos estudos. Era de esperar que se recorresse a elles visto tratar-se de reformar o ensino universitário, e Deus sabe quanto é grave e importante a questão deste ensino no nosso paiz. Pois não se procedeu assim. A maior parte dessas competências não foi chamada e a Comissão viu-se constituída por professores

muito illustres—excepto o auctor destas linhas que ali estava por captivante bondade do Ministro—mas alheios, muitos, aos estudos especiais que requerem os problemas da organização pedagógica.

A constituição da Comissão nem sequer permitia que os varios ramos de ensino superior tivessem uma equitativa e proporcional representação. Assim, dos 3 vogais oriundos das Faculdades de Ciências 2 eram professores de Matemática e um de Química; a Física e as Ciências Naturais não estavam representadas e, havendo na Comissão um outro professor de Ciências, nomeado como membro de uma Escola Normal Superior, esse era tambem um matemático. Posteriormente a 21 de janeiro o Ministro mandou agregar novos membros á Comissão, um professor de Letras e dois de Farmácia, alem do representante dos estudantes; e como a Escola Normal Superior de Lisboa era representada por um professor de Letras acabou a Comissão por ter 18 vogais professores assim distribuidos: 4 de Ciências, 4 de Letras, 3 de Medicina, 2 de Direito e 5 (!) de Farmacia.

Aconteceu o que era de prever.

Essa Comissão tinha a estudar os problemas gerais do ensino universitário, assunto já de si complexo, exigindo dos que os tratassem um sólido conhecimento do problema universitário, dos seus aspectos em Portugal e no estrangeiro, da sua evolução histórica, das soluções que êsses problemas podem ter ou terem tido na série dos tempos e nos varios países civilizados. São êsses problemas os que se referem á composição das Universidades, ao número, designação e escôpo das suas Faculdades e Escolas, ao governo universitário, e atribuições dos seus corpos gerentes e funcionários, á autonomia das Universidades e das Escolas, á hierarquia das varias categorias de pessoal docente e á questão capital do seu recrutamento, ás garantias morais e económicas do professorado, ás condições de matrícula, frequência e aproveitamento dos estudantes, aos métodos gerais dos estudos e sua fiscalização pelos exames, etc., etc. Juntem-se a êstes problemas gerais os respeitantes aos varios ramos de ensino compreendidos nas Universidades, o ensino das Ciências e o das Letras como base para uma cultura geral ou preparatório para futuros estudos profissionais e muito especialmente para o magistério secundário; a própria organização d'êste ensino normal, questão intimamente ligada com a do ensino secundário; o ensino médico com os seus aspectos particulares, assunto êste grave entre os mais graves, dada a importância cada vez maior que a profissão médica tem na vida das nações; o ensino do Direito, tambem de ordem profissional, em plena transformação no nosso país. Considere-se que a todas estas questões se sobrepõe a da orientação geral das Universidades, a investigação e produção scientificas como ideal supremo d'êsses estabelecimentos. Pense-se nas relações do ensino universitário com outros ramos da instrução superior, o ensino técnico, o comercial, o agronómico, o veterinário, separados por barreiras convencionais e tradicionais dos outros ensinns classicamente universitários; atente-se finalmente na estreita ligação entre o ensino superior e o secundário, preparatório indispensavel para aqueles e reconhecer-se-há, sem custo, que a tarefa da Comissão do Ensino universitário era em demazia pesada, e que toda a atenção era pouca na eleição dos seus vogais.

Mas, como faltavam á Comissão elementos importantes e de competência especializada nos assuntos que enumeramos e como, por outro lado,

os vogais que a compunham nem sequer representavam equilibradamente as várias sciências ensinadas na Universidade, o resultado foi que a Comissão se limitou a rever a Constituição Universitária de 1911, trabalho para que nem todos estavam preparados e se tornou fastidioso, ao passo que o que em geral interessava era, apenas, o problema do respectivo ramo de ensino. E, quando terminada apressadamente a Constituição Universitária se passou a considerar os seus vários estudos componentes, a Comissão achou-se fragmentada em grupos quasi indifferentes uns aos outros, os das Sciências indifferentes às reformas do Direito, estes pouco se importando com as questões de Medicina, etc. Fez-se então duramente sentir a forma por que a Comissão fôra composta; à maioria dos vogais era estranho tudo ou quase que não fosse o seu assunto especial, e por cima disso ainda se consideravam como que obrigados a aprovar os outros projectos, para que os seus próprios não encontrassem opposição. Tudo se agravou ainda com a falta de tempo, pois os 30 dias do inverosímil prazo estavam decorridos e o Ministro mostrava pressa...

A obra da Comissão saiu assim incompleta e desconjuntada, como é fácil de ver comparando as várias leis orgánicas das Faculdades, entre si e com o Estatuto Universitário.

O mesmo succedeu em outras Comissões. Basta percorrer as páginas do *Diário do Governo* e atentar nos nomes para reparar que faltavam certas competências naturalmente indicadas, etc., etc. Que admiração, pois, que a reforma do ensino secundário seja o que é e que as dos outros ramos de ensino não viessem à luz?

Cada uma das secções em que o Governo dividiu o ensino público trabalhou independente e isolada. As questões especiais foram quase as únicas estudadas e as de ordem geral prostergadas, quanto mais não fosse por se não conhecer o que as outras faziam. Foi assim que na Comissão do ensino universitário se ignorou o que se projectava no ensino secundário, apesar dos inconvenientes que tal ignorância acarretou. O Governo pensara já em obviar os inconvenientes dessa fragmentação do trabalho e concebera uma Comissão Central coordenadora dos trabalhos das Comissões especiais, sendo o Ministro o seu presidente e tendo um secretário próprio. Não era—muito longe disso—isenta de defeitos a constituição desse organismo central; mesmo assim, imperfeita e incompleta, era susceptível de prestar serviços se trabalhasse a valer. Pois reuniu-se apenas uma vez, ocupando-se duma questão de *lana caprina* e todo o trabalho das Comissões de reforma de ensino se viu prejudicado pela falta completa de harmonia, pela incoordenação dos esforços particulares.

Ainda se, ao menos, outros organismos tivessem substituído a Comissão Central! Quando os trabalhos foram entregues ao Ministro, em meados de Abril, pensou-se em os tornar conhecidos da opinião pública. Pelo menos a sub-comissão de ensino médico solicitara do Ministro essa publicação, convencida de que uma reforma de ensino público não deve fazer-se às escondidas, que por muito competentes que sejam os reformadores estão sujeitos a errar, que mais vale que as críticas se produzam antes da lei decretada, que enfim a Nação tem o direito de conhecer assuntos de tanto interesse e gravidade como os do ensino.

Vi o Ministro disposto a essa publicação, ouvi-lhe mesmo dar a ordem de enviar para o *Diário do Governo* os trabalhos das Comissões e assisti

ao principio de execução dessa ordem. De aqui não se passou, porém. Que influências misieriosas se opuzeram a essa publicação, eis o que não consegui apurar. Posso apenas dizer que mais de uma vez ouvi sustentar diante de mim a opinião de que não convinha e era perigoso revelar o que se projectava decretar. Pela minha parte, e no que se refere ao ensino médico, reagi quanto pude, cheguei mesmo a fazer na Sociedade de Sciências médicas uma conferência sobre o assunto—préviamente autorizado pelo Ministro, é bem claro.

Sonegadas assim ao conhecimento do público e até das *Escolas e organismos officiais* as réformas dormiram meses na Secretaria de Estado da Instrução Pública. Esse tempo podia ter sido empregado na análise e revisão dos projectos. Podia o Ministro ter substituído a falida Comissão Central por outra constituída por pessoas competentes estranhas às Comissões (e elas não faltavam) encarregando-a do trabalho de crítica e de coordenação, funcionando junto do Ministro e das repartições do Ministério, ligando-as com outras Secretarias de Estado para que todas as questões de ordem técnica e financeira ligadas às de ensino pudessem ser consideradas, o que, por falta de elementos, não fôra materialmente possível às Comissões especiais. Pois nada disso se fez.

Foi ao Ministro que coube o encargo de revêr os projectos de reforma, auxiliado pelos chefes das repartições da Secretaria de Estado e funcionários do seu gabinete. É facil de comprehender que a revisão feita por este processo único teria fatalmente de ser imperfeita. Só quem nunca viu um Ministério a funcionar em epochas de dictadura é que pode ignorar o que ha de absorvente e extenuante nas funcções de Ministro. Todos os dias problemas e questões de toda a ordem—quáse sempre pessoal—são submettidas á decisão do Ministro, requerendo decisão urgente, e ele ainda por cima tem de ocupar-se das questões gerais das administração do paiz, de ordem pública, da política geral, etc. Não fica assim ao Secretario de Estado nem o tempo, nem a disposição de espírito necessárias para o exame atento e repousado dos multiplos e intrincados problemas dos vários ramos de ensino. Os altos funcionários do Ministério teem tambem sobre si uma infinidade questões a resolver, das que surjem dia a dia e não consentem demora; vivem metidos cada um na sua especialidade, dispensando a inmixão dos outros e abstando-se tambem de immiscuir-se em terreno alheio. Aconteceu, emfim, que os chefes de repartição eram tambem membros das Comissões de Revisão do Ensino. Faltava-lhes pois o tempo necessário, não existia entre eles a necessária coordenação e não possuíam a liberdade de critica precisa para julgar a própria obra, circunstâncias que os tornavam os menos indicados para o trabalho decisivo de revisão dos projectos. Comtudo, junto de uma verdadeira Comissão revisora podiam ter prestado inapreciaveis serviços como peritos e informadores técnicos. A tarefa projectada para a Comissão Central não pôde pois ser feita nem por ela, nem por outras entidades; não se fez, portanto, e outra ordem de circunstâncias veiu tornar impossivel essa obra.

Tal como fôra organizado em 1913, o Ministério da Instrução abrangia em todos os seus gráus os vários ramos do ensino, universitário, secundário, primário, normal, técnico, comercial, agrícola, veterinário, artístico; apenas as Escolas de Guerra e Naval tinham ficado fora de seu âmbito: Pois durante este período dictatorial a Secretaria de Estado de Instrução

desagregou-se. A Secretaria da Agricultura levou consigo os ensinos agrícola e veterinário; mais tarde o ensino técnico da engenharia e do commercio, em todos os seus graus, passaram para a Secretaria de Estado do Commercio. Ora, em tese, podem justificar-se essas colocações; os exemplos que nos dão outros paizes europeus explicam que possa haver vantagem em ligar directamente aos respectivos Ministérios o ensino técnico especial. Mas o que é para estranhar é a forma como foi feita essa transladação de serviços, sem uma justificação sufficiente, sem nenhuma preparação da opinião interessada, sem a menor oportunidade, com a hostilidade do próprio pessoal do ministério. Assim as desharmonias existentes entre as várias Faculdades universitárias foram ainda excedidas pela desconexão entre as Universidades e as Escolas superiores dependentes de outras Secretarias de Estado. Accrescente-se a isto que o próprio ensino secundário perdeu a ocasião de ser remodelado em bases modernas, ligando-o com os ensinos industrial e commercial, e o mesmo direi do ensino primário. Reina a maior anarquia no ensino official do nosso Paiz, com grande prejuizo da sua educação, da sua economia, das suas finanças.

Para se fazer uma ideia das consequências que advieram de não terem sido coordenados os trabalhos das Comissões basta que cite o que succedeu com os vencimentos do pessoal de secretaria e menor.

Ao passo que não foi consentido que se melhorassem os vencimentos ridiculos dos empregados das secretarias universitárias e das faculdades, assim como das varias categorias de pessoal menor, contínuos, serventes, guardas, etc., decretavam-se para os empregados da mesma categoria dos liceus vencimentos decentes, que chegam a ser o dobro dos que existem nas Escolas Superiores! Os interessados reclamaram e com razão (se bem que a não tivessem sempre quando procuraram explicar essa revoltante desigualdade, por natural ignorancia de como as cousas se tinham passado) e agora o Governo vê-se obrigado por motivos de elementar equidade a fazer o que deveria ter sido feito quando se reformou o ensino. E, comtudo, teria sido facilimo evitar este disparate se os membros da Comissão do Ensino Superior, ou, pelo menos, a Repartição de Ensino Universitário tivessem tido conhecimento do projecto de reforma da instrução liceal; bastaria mesmo que tivesse havido uma entidade coordenadora, sciente do que se ia fazer pelos diversos capítulos da instrução e encarregada de harmonizar as varias reformas. Ora tal não succedeu, e o próprio Ministro foi o primeiro a surpreender-se do que acontecera.

Quando, passados os meses de maio e junho em pura perda, se avizinhou o fim do periodo dictatorial, poucos dos projectos da Comissão estavam em estado de ser decretados. Os que se promulgaram foram ainda á ultima hora e de afogadilho objecto de uma apressada e insufficiente revisão por onde perderam mais qualidades do que ganharam, e ganharam mais defeitos do que perderam.

Foram reformados, mais ou menos, o ensino superior, o secundário, o primário, o agrícola e o veterinário. O ensino primário foi representado pelo decreto que o centralizou nas mãos do Estado e pelo que mandou abrir um crédito de 5.000 contos para construir escolas. Na sua contextura e arquitectura, nos seus processos pedagógicos, nas condições económicas e de recrutamento do professorado não se mecheu. O problema ficou

ainda sem solução. O ensino artístico ficou também na mesma; dir-se-hia que tudo vai neste assunto como no melhor dos mundos possíveis.

O ensino técnico, industrial e comercial também não mudou senão de Secretaria de Estado. E, contudo, se é certo que os Institutos Superiores Técnico e de Comercio, instituições novas e em plena expansão, não sentiriam grande necessidade de reforma, muito haveria a fazer nos graus médio e inferior desse ensino, tão imperfeitamente organizado no nosso paiz, apesar da sua importancia capital no levantamento das nossas indústrias e comercio. Isto sem fallar nas anomalias constituídas pela Faculdade Técnica e pelo Instituto Industrial e Comercial do Porto, escolas desharmonicas, mal ajustadas, mal ligadas com as outras suas congêneres.

As duas Comissões do ensino secundário apresentaram os seus projectos em tempo util, mas ao passo que o projecto da Comissão do ensino masculino era adoptado com pequenas alterações, ao que consta, o trabalho da Comissão do ensino feminino, apesar do alto valor e competência dos seus membros e dos pontos de vista interessantes e originaes da reforma proposta, ficou nas gavetas ministeriaes. De forma que o Governo, se, por um lado, nomeando duas Comissões, mostrava entender que a organização não devia ser a mesma para os dois sexos, por outro lado, publicando uma legislação uniforme, contradizia-se sem razão plausivel. Está ainda por remediar esta anomalia curiosa. Quanto á reforma dos liceus que se decretou pouco tem de interessante sob o ponto de vista pedagógico. É um documento obscuro e incompleto, cuja ideia geral se não percebe, onde se não encontram principios pedagógicos dignos de interesse. O que tem de melhor é a nova tabella de vencimentos do professorado liceal, melhoria essa indispensavel e digna de elogio.

Foi sobre a reforma do ensino superior que principalmente incidiram as atenções do Governo.

A Constituição Universitária de 1911 era um documento concebido em bases bastante largas, superior nesse ponto ás outras reformas do Governo provisório. Havia que introduzir-lhe as modificações sugeridas pela experiência— as quaes não eram grandes nem profundas,—desembaraçar a lei de materias regulamentares que a pejavam, dar outra ordem e outra redacção aos seus artigos, ás vezes realmente um pouco prolixos. Havia também que garantir aos professores meios decentes de vida, elevando-lhe os vencimentos miseraveis em que a reforma de 1911 cometera o erro de não tocar.

A firme decisão do Ministro de levar a cabo a melhoria dos vencimentos encontrou da parte do Sr. Presidente da República um acolhimento egualmente simpático e decisivo e fez-se em condições razoaveis, mas não impecaveis. Em algumas Escolas Superiores os professores arredondavam os seus vencimentos, accumulando a regência de vários cursos, chegando a reger 5 e 6. Com o fim de combater o que chegara a ser um abuso prejudicial ao professor e ao ensino, o projecto votado pela Comissão limitara a 3 o numero de regências e foi a custo que se aprovou uma emenda permitindo em casos excepçionaes, de absoluta necessidade, uma 4.<sup>a</sup> accumulção. Pois no Estatuto Universitário escapou, no § 1.<sup>o</sup> do artigo 59 uma *gralha* que completamente ilude o voto expresso da Comissão, visto que se diz que «excepçionalmente, etc... pode o professor reger mais de um curso retribuido alem dos trez previstos». Consequência da intro-

missão imprevista da proposição *de* numa altura em que não era chamada.

O resto da reforma universitária, se bem que encerre algumas melhorias de valor, não é isento de críticas. Apesar da Comissão ter votado na sua XIV conclusão que a nova Constituição Universitária devia ser desembaraçada, tanto quanto possível, de matéria regulamentar, o novo Estatuto opõe 107 artigos aos 88 da lei de 1911, e contém uma minuciosa e previdente regulamentação num espírito oposto ao da Comissão e ao da própria lei do Governo provisório. Algumas das disposições do novo Estatuto são taes que exigem uma pronta revogação para que possa haver nas Universidades e estabelecimentos dependentes alguma disciplina. A mais grave é a contida no § único do artigo 31 o qual estabelece que as penas de *advertencia e repreensão verbal ou por escrito* para o pessoal das secretarias, bibliotecas, auxiliar ou menor das Faculdades e estabelecimentos anexos são da competência dos Conselhos Escolares! Fica pois legalmente vedado ao Director de um Museu, Laboratorio, Clínica, Biblioteca, Secretaria e mesmo Escola fazer sequer uma advertencia ao pessoal seu subordinado. Certamente que este § único excedeu as intenções do legislador.

A constituição e recrutamento do pessoal docente não foram decretadas de uma forma feliz. A nova lei difere da antiga em não ter já a a categoria de professor extraordinário que fora estabelecida, na realidade, em condições defeituosas e cuja supressão era, por isso, geralmente desejada. Mas a necessidade de uma classe de professores auxiliares era nitidamente reconhecida e fôra prevista no projecto de lei orgânica das Faculdades de Medicina com a designação de professores agregados, e que fôra também adoptado no projecto de reforma das Escolas de Farmácia.

Não aceitou o Governo esta proposta sem que se possam adivinhar as razões. Talvez a mania de simplificar e sistematizar, própria do feitiço latino, tão claramente analisada pelo americano Barrett Wendell no seu livro sobre a França de hoje, preocupação nociva quando se trata de organizações complexas como deve ser a Universidade, organismo cujo andamento só será perfeito quando munido de numerosas e diferenciadas peças.

Mas o mais grave é o que o novo Estatuto impõe ácerca da forma de recrutamento dos professores, determinando que a promoção dos assistentes a professores ordinários não possa efectuar-se senão por concurso de provas públicas. Quere isto dizer que, em pleno século XX, ainda em Portugal se continúa a acreditar na eficácia deste velho e condenado processo de recrutamento, abandonado por quase todas as nações cultas, sendo a Espanha, além de Portugal a única, que sabemos, onde um catedrático universitário é obrigado a sujeitar-se a um exame público para conseguir esse gráu.

Em todos os países cujo ensino universitário é entendido a sério e corresponde aos seus múltiplos objetivos e onde os professores criam sciência e fazem das suas cadeiras centros de ensino e investigação scientifica, o que se pede aos candidatos não são só as qualidades de erudição, de exposição fácil e elegante, de sangue frio na argumentação, exhibiveis nas provas públicas; acima de tudo se exigem a sólida reputação que só dá uma fructuosa carreira de investigador, demonstrada por trabalhos publica-

dos e os dotes pedagógicos já revelados em funções de ensino, mesmo em situação auxiliares. A ascensão da cátedra é conquistada às vezes em aspera concorrência, quando os candidatos são numerosos e de talento. O concurso-exame nunca chegou a penetrar na legislação universitária de países como a Inglaterra, a Alemanha, a Áustria, a Suíça, a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, os Estados Unidos da América. Na Itália o concurso é meramente documental e nunca se recorre à autorização que dá a lei de acrescentar a essa prova um exame público. Na França existe o concurso por provas públicas, visto que é o país onde este processo de nomeação de funcionários mais floresce e de onde foi exportado para as outras nações latinas; mas, mesmo assim, no ensino universitário só há o concurso para os lugares de agregados nas faculdades profissionais de Medicina e de Direito, onde a concorrência é asperíssima e se mantém este processo que, até certo ponto, diminua as responsabilidades e dificuldades da escolha.

Os lugares auxiliares do ensino nas Faculdades de Letras e Ciências, encarregados de cursos ou mestres de conferências, são providos por escolha dos Conselhos, baseada nos trabalhos dos candidatos. Quanto aos professores, nem mesmo nas Faculdades de Medicina e de Direito são recrutados por concurso público; as Faculdades propõem ao Governo de entre os candidatos o que preferem. Entende-se que ninguém pode pretender essa elevada situação sem previamente ter demonstrado indiscutível competência a qual não pode estar sujeita à averiguação de um exame público, como ainda se admite em lugares inferiores. Note-se mais que o próprio concurso de agregação encontra cada vez mais decididos adversários, que cada vez campanhas mais fortes se fazem contra ele, e que não será de estranhar que esse depreciado sistema desapareça entre muitas outras velharias na renovação social que o *depois-da-guerra* nos prepara.

Só a vizinha Espanha, repetimo-lo, sujeita os seus professores a essas humilhantes provas públicas. E nós que tínhamos já, na legislação de 1911, suprimido o concurso para professor, só o mantendo para assistente, voltamos atrás, enfileirando ao lado da Espanha, em risco de perdermos brevemente essa companhia se na futura reforma universitária espanhola triunfar o espírito moderno contra a velha mania das contínuas e estafadas «oposiciones».

Ora o mais triste de tudo isto é termos de confessar que esta exigência imposta pelo Governo, contrária ao que propuzera a Comissão, se explica — se não se justifica — pelos nossos detestáveis costumes escolares. A legislação de 1911 pretendeu implantar entre nós processos de recrutamento e promoção que implicariam a existência de um pessoal apto a fazer trabalhos científicos e a competir nesse campo e não apenas no dos concursos. Ora tal pessoal não existia em regra e nos sete anos passados não houve tempo de o criar nem se soube fazê-lo. O resultado foi que os assistentes que entravam pela porta do concurso e que não tinham outra maneira de mostrar os seus talentos não poderiam ser promovidos num concurso documental que fosse severo e sério. Pedissem-lhes outro concurso de provas públicas, seria violento mas possível, mas trabalhos científicos onde e como fazê-los?

Achou-se um processo mais humano de fazer subir os assistentes; a promoção por méritos distintos. À sombra dos artigos da lei que tinham

previsto esta forma de recompensar os que tivessem demonstrado «méritos excepcionais» promoveram-se a professores, assistentes que às vezes nem tinham o tempo de serviço necessário para, em condições normais, se efectuar a recondução, e cujo serviços distintos só existiam na benévola imaginação dos Conselhos. A brandura dos nossos costumes ajudou ao feito e assim mais uma vez se deturpou e desvirtuou uma lei pela não-compreensão dos seus princípios e pela falta de coragem em a executar com severidade.

O acto governativo, impondo o concurso para a promoção dos assistentes pretendeu evitar êsses abusos, substituindo uma garantia efectiva á mistificação dos «méritos excepcionais» que, visivelmente, estavam constituindo a regra e não a excepção... Não há dúvida que as intenções do Governo foram excelentes e que as inspirou uma sincera honestidade, mas a garantia proposta é illusória. O concurso tem sido o sistema de recrutamento do professorado das nossas Escolas Superiores, e sempre se tem mostrado impotente e incapaz de lhes dar os professores de que elas necessitavam. As mediocridades que uma ou outra vez se teem sentado nas nossas cátedras entraram por concurso; por concurso, também, entraram talentos notabilísimos, mas infecundos, de obra nula ou vã.

O concurso de provas públicas tem a sua eficácia limitada a um pequeno número de qualidades; as que ha que exigir são uma comprovada carreira de investigação científica e a experiência pedagógica adquirida na prática do ensino. ¿Estariam porêm, em regra, os Conselhos Escolares nas condições de bem apreciar provas destas, e disporão as nossas Universidades dos recursos morais, intellectuais e materiais necessários á efectivação destas exigências? <sup>1</sup>

Tocamos aquí um dos pontos mais melindrosos do nosso problema pedagógico. A actual tentativa reformadora padece do mesmo mal que incapacitou em grande parte as reformas de 1911; nem uma nem outra reforma foram acompanhadas da criação do pessoal capaz de as aplicar. Olvidou-se o principio basilar de todas as reformas, isto é, que *novos sistemas e principios só podem ser applicados por gente nova e com novo espirito*, sem o que tudo se reduz a mudanças verbais. Na sua generalidade o pessoal docente das nossas Universidades, pela sua origem, modo de recrutamento, tendências e tradições, não *sentiu* os principios que a lei de 1911 proclamou. Como poderiam inspirar-se neles a valer para a escolha de futuros professores quando esses principios eram muito diferentes dos que tinham presidido á sua própria nomeação e á sua acção? O Governo da Republica, por se ter mostrado incapaz de seguir as pisadas de D. João III e do Marquez de Pombal — para citar os nomes do soberano e do ministro em cujo nome correm na história as reformas de 1537 e de 1772 — falhou as suas reformas. Não se fará cousa alguma de verdadeiramente novo na nossa instrução, conservando-a nas mãos de pessoas educadas em sistemas condenados e imbuidas de principios caducos; é necessário preparar e encontrar o pessoal competente para executar os novos principios. Por isso, tristemente o confessamos, a exigencia da carreira e trabalhos scientificos corre o risco de se transformar numa mistificação quando applicada por cor-

<sup>1</sup> Numa das conferencias que publicamos sob o titulo de *A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma* (Tip. da Renascença Portuguesa, Pôrto, 1918) occupamo-nos com mais largueza desta questão dos concursos de provas publicas no ensino superior.

porações que não se recrutaram por esses princípios, cujos membros o não praticam nem sentem. E talvez que o concurso venha a ser, afinal, a única maneira de não se escancararem as portas ao primeiro aparecido, de exigir, senão as melhores, pelo menos algumas qualidades. Talvez que o anacronismo que nos revolta seja um erro apenas aparente e que realmente o nosso meio universitário mereça esta prova de desconfiança com que o Poder o fustigou.

Recebendo em Belem uma Comissão de professores universitários que iam agradecer a promulgação do novo Estatuto, o Sr. Presidente da República manifestou a esperança de que, contrariamente ao que afirmam os pessimistas, o professorado português, agora colocado em melhores condições materiais, fará um melhor ensino e se dedicará à investigação científica.

Receio muito que essa esperança vá de encontro a grandes desilusões. As razões numerosas e complexas, que mantiveram o nosso ensino superior numa condição de inferioridade e parasitismo em relação á sciência estrangeira, persistem ainda na sua maioria. Sem dúvida, o novo Estatuto, melhorando a situação material do professorado, dignificou também a sua condição moral, dando enfim ao professorado português uma retribuição decente e extinguindo o que era uma das nossas grandes vergonhas. Mas nem esse diploma, nem os outros que a dictadura deste ano promulgou, terão a necessária eficácia. Não é nem a inteligência, nem o talento, o que tem faltado ao professorado português; mais de uma vez o temos proclamado e repetimo-lo-hemos sempre: a nação tem tido os seus melhores filhos nas catédras do ensino superior. O que tem faltado é a vocação científica, a competência especializada, a tradição e a pratica do trabalho de investigação. os recursos materiais indispensáveis. Ora as novas leis universitárias só melhoram sensivelmente estas últimas condições, as outras ficam sensivelmente na mesma.

Como garantir, por exemplo, a especialização quando o Estatuto Universitário (artigo 57.º) propicia a troca de cadeiras dentro de grupos diferentes, isto é, a deslocação de professor para especialidades diversas da que tinha, não por ter adquirido outra nova, sem se exigir que demonstre competência para a nova cadeira? Ao menos a lei orgânica das Faculdades de Medicina não permite a transferencia de cadeiras sem concorrência, poupa aos professores novas provas publicas mas obriga-os a competir, com os seus trabalhos, com outros candidatos.

Como garantir a existencia de competências especializadas quando as Escolas Superiores se mantem fechadas e uso exclusivo de uma classe, embora pequena? Ao passo que a lei orgânica das Faculdades de Medicina lhes permite recorrer a notabilidades que não tenham o curso de Medicina, quando assim for necessário, quando não se encontrar na classe médica, que é numerosa, o especialista que se procura e isto nada tem que espante porque o programa de uma Faculdade de Medicina abranje matérias que podem ser eficazmente ensinadas mesmo por pessoas que não sejam profissionais, ao passo que isto sucede, os decretos que reformaram o Instituto de Agronomia e a Escola de Veterinária nem de longe consentem que se possa chamar á regência de uma cadeira individuo que não seja respectivamente agrónomo ou veterinário. Compreende-se, por uma questão de defeza de interesses de classe, que normalmente o recrutamento

do professorado se faça entre os profissionais, mas levar o proteccionismo até o ponto de não admitir a excepção é realmente estupendo.

Ha no Instituto Superior de Agronomia a cadeira de Matemáticas gerais e Calculo diferencial, integral e de probabilidades; pois só agrónomos é que as podem reger, como só entre agrónomos se poderá encontrar um assistente capaz de reger Química geral e Análise química; a lei não admite a hipótese de não existirem na classe agronómica as necessárias competências. Ha na Escola de Veterinária cadeiras de Histologia normal e Anatomia patológica comparada (*excusez du peu*), de Fisiologia geral e especial comparada e cursos de Anatomia topográfica, Embriologia e Teratologia, Física biológica e médica (microscopia), Química biológica e médica, Análise química e toxicológica, Zoologia e Parasitologia. Pois só um veterinário é que tem competencia para reger estas cadeiras; fora da classe nada ha a esperar.

Note-se que a Faculdade de Medicina incumbiu a de Ciências de ministrar aos seus alunos as noções de Física, Química, Zoologia e Botânica preparatorias aos estudos médicos, e a sua lei orgânica prevê, como dissemos, em caso de necessidade, o chamamento de pessoa idónea mesmo não diplomada em Medicina. Prevê-o taxativamente para os lugares de auxiliares de ensino, chefes de serviço, preparadores, analistas, no artigo 53; prevê-o tacitamente nos artigos 25 e 51 até para professor ordinário. Certamente que só muito excepcionalmente se lançaria mão deste recurso, porque a classe médica é muito numerosa e se pode contractar um estrangeiro; mas enfim, as Faculdades não estão desprevenidas, e o princípio, que é largo e liberal, está na lei.

Que entre os nossos agrónomos se encontrem 33 pessoas ilustradas e inteligentes como 20 entre os veterinários, capazes de ser professores e assistentes, não pode haver a menor dúvida; mas haverá probabilidades de encontrar sempre naquelas classes as *competências especializadas* que exigem certas cadeiras, que exige o verdadeiro espírito universitário, que exige a necessidade absoluta de criar ciência, sem o que o ensino superior é um órgão parasitário?

*O voi ch'avete gl'intelleti sani...*

A todos que teem uma sã mente e um espirito sem preconceitos apelo, para a condenação dêste sistema que consiste em considerar as cadeiras das Escolas Superiores como logradouro de uma classe, em vez de as ter abertas à livre concorrência dos competentes. As leis reformadoras dos ensinos agrícola e veterinário ultrapassam no exclusivismo todos os limites. Foi em vão que o illustre professor de Agronomia, sr. D. Luiz de Castro clamou contra esse exclusivismo. O mesmo mal se encontra tambem nas leis orgânicas das Faculdades Universitárias, reservando os lugares de assistentes para os seus alunos e os de professores para os seus assistentes. Mas ao menos aqui o Estatuto Universitário prevê a chamada de pessoas competentes que não estejam na carreira ou o contracto de pessoal estranho de forma que um Conselho Escolar, desejoso de renovar inteiramente o ensino da sua Faculdade, em obediência aos sãos e verdadeiros princípios dos estudos universitários, encontra na lei as armas suficientes. Teria sido melhor, comtudo, que as leis orgânicas das Faculdades de Ciências e Letras, principalmente, fossem animadas de um

mais largo espírito e não relegassem para a excepção o que devia ser a regra. As novas leis universitárias, com o aumento de vencimentos do professorado e dos assistentes, trazem para a Nação novos encargos financeiros relativamente importantes. Não ha que lamentá-los porque o Estado Português tem sempre peccado por avareza em matérias de ensino, e o que agora deu não excede os limites do razoavel. Mas é lícito perguntar se não seria possivel gastar melhor o dinheiro que o Estado dá á instrucção.

No ensino público, como nos outros ramos da pública administração, o dinheiro é mal distribuido. Ha duplicações e triplicações de ensinios completamente inuteis, ausência de coordenação entre as Escolas, em vez daquela concentração de esforços e divisão de trabalho que em outros países mais ricos se pratica e de que noutros se lamenta conscientemente a ausência. Já em 1914 o Ministro sr. Dr. Sobral Cid quiz seguir por esta senda e tentou dar-lhe remédio, mostrando como a abundância de cadeiras da mesma sciência, espalhadas por Escolas várias, impedia que houvesse um só Instituto bem provido. Quanto não lucraria o ensino se, em vez de tantas cadeiras de Física e Química espalhadas pela Faculdade de Ciências, Instituto Técnico, Instituto Agronómico, Escola de Veterinária, houvesse dois bons Institutos de Física e de Química onde, a par da investigação scientifica, se fizessem os vários e numerosos cursos necessários ás diferentes carreiras scientificas?

Razões de ordem sentimental, melindres e preconceitos muito mais do que razões de ordem prática, opor-se-hão a que este problema tenha uma solução conveniente; continuaremos a manter uma infinidade de cadeiras com magros recursos, recrutando o seu pessoal com dificuldade, como manteremos as nossas trez Universidade com a preocupação de as ter bem iguaisinhas em vez de lhes dar autonomia verdadeira, de as differenciar cada uma conforme as suas tendencias, as suas posses, a influencia do seu meio, as necessidades da região e o supremo interesse do país.

Chégado ao fim deste artigo em que desfiei um longo rosário de queixas, não quero que a impressão que dêle fique seja exclusivamente a tristeza e o desconsolo. Seria isso um exagero porque, no meio das misérias do nosso ensino, alguma cousa ha que louvar e que agradecer aos poderes públicos. Seria utopia o ter desceradoque de um meio como o nosso, até aqui sempre avesso e adverso ás coisas da sciência, saísse uma legislação impecavel e se rompesse abruptamente contra os erros do passado. Mesmo que tal se tivesse feito, o legislador ver-se-ia na impossibilidade de executar a sua vontade.

A hora não é para tristezas nem para desconsolos. Os sinais de progresso são patentes e não é lícito mesmo comparar as tendências actuaes com o que havia ha alguns anos. Incumbe a todos os que tem voz neste capitulo emprender a salutar e patriótica campanha pela verdadeira e fecunda reforma do nosso ensino.

A. CELESTINO DA COSTA.

NOTA DA DIRECCÃO.—O nosso distinto colaborador trata aqui sobretudo da pretensa reforma do ensino superior. Desde 27 de Novembro ficou completa a da instrucção secundaria: reforma da organização, dos programas, e da escola normal superior, onde se fazem os mestres para os liceus. Três papeis cujo conjunto é um monumento retumbante e inexcedivel de ignorancia em pedagogia e de incoordenação, como veremos no proximo caderno da *Pela Grei*.

## A SITUAÇÃO MORAL E SOCIAL

## O morbo gaulês

Verá v. m. nos mapas por que se governam os mareantes notados com tanta diligencia os baixos de que se hão-de guardar como os portos onde devem de ir a surgir.

*D. Francisco Manuel*

Vérités claires, vérités certaines, vérités cependant qu'il est nécessaire de rappeler pour faire saisir le caractère ultra-faux en même temps qu'abêtissant des points de vue qu'on met en avant depuis une vingtaine d'années pour nous gouverner... Il y a trente ans que nous faisons de la politique au lieu de travailler pour le pays... Nous sommes fous, complètement fous!

*Lysis*

«Morbo gaulês» chamava Herculano ao vício da centralização, de que nos deixámos contagiar quando o velho comunismo historico se cobriu de um reboco de liberalismo; mas êsse, na verdade, foi só um dos aspectos da doença politica de que a França padece desde ha lustros, e nós com ela. A centralização é um dos elementos do jacobinismo. Sobre tal molestia publicou agora um publicista de senso, Lysis, um livro de justas e norteadas paginas a que deu o titulo de *L'Erreur française*, que podemos traduzir (generalizando para o caso a expressão de Herculano)—o morbo gaulês.<sup>1</sup>

O que este livro exprime, sobretudo, é a nausea que nos espiritos sinceros produz êsse sistema de pseudo-ideas, de mentiras, de negativismos, que com o belo nome de Democracia foram servindo, cá e lá, como capas de interesses sórdidos e como levedura de propagandas politicas. A guerra rasgou todos os olhos á variedade pútrida de Parlamentarismo que nos ultimos tempos empestou a França, e que a teve no gume do aniquilamento. A democracia jacobina, a democracia «vieux type», sai condenada da experiencia trágica. Mas não só ela: é todo o edificio mental que se cobre de brechas e que se desmorona, obrigando a nada restabelecer tal como estava antes da guerra: «rien de ce qui a été détruit ne sera réta-

<sup>1</sup> Lysis, *L'Erreur française*, Payot & C.<sup>ie</sup>, Paris, 4 fr. 50.

bli comme il était avant: ni les usines, ni les maisons, ni les champs, ni les méthodes, ni les idées...» O magno beneficio desta provação é forçar a um completo rejuvenescimento da mentalidade francesa contemporânea.

Os políticos que viram o «ano terrível» (1871) mostraram um patriotismo, um decoro, uma compreensão da realidade de que aberraram grandissimamente as gerações que se lhes seguiram; eles restabeleceram as finanças, reorganizaram o exercito, restauraram a ordem publica, traçaram um plano de trabalhos arrojado para a sua época, plano que, realizado, livraria a França de estar hoje, como está, na ultima turma dos que progredem. Os homens de estado desse periodo ilustram ainda a sua época, e foi do prestígio de tais homens que viveu a Republica até agora. Veio depois a segunda geração de «democratas», e com ela a anarquia parlamentar, o desprezo dos criterios nacionais, as perseguições estupidas á religião, o desperdicio dos impostos nas eleições, a decadencia das indústrias e dos meios de transporte. Para galgarem ao pináculo fomentaram as paixões vis; para conservarem o poder genuflectiram ás multidões, em adorações torpes de servilismo. Ao alto, o monopólio parlamentar; pela escada acima, a promoção por titulo, por diploma, ou por empenhoca. O talento verdadeiro, o caracter, a personalidade, eram evitados, odiados e perseguidos. Em tudo a gangrena da anarquia frouxa: «nous gouvernons notre pays, depuis trente ans, comme des hallucinés».

Defeito organico da Democracia? ¿Incapacidade radical, para o leitor comum, de compreender os problemas da pública administração? . . . ¿Mas como sabeis que ele os não compreende, se pessoa alguma até hoje tem tratado de lhos explicar? Que partido, em vez de excitar as paixões das turbas, pensou em instruir, esclarecer e nortear o povo? E isso cumpria que se fizesse, salvando a nação e a democracia, que se deixa atolar na ignorancia. Não; a democracia não é isso que vimos em França . . . e em Portugal; «lá démocratie peut se comprendre autrement; elle n'a rien d'immuable . . . Le plus grand problème de l'après-guerre sera la réforme démocratique; elle consistera dans la revision des constitutions populaires, en partant de la nécessité de concilier les droits sacrés de l'individu proclamés par la Révolution avec l'obligation d'avoir au pouvoir un gouvernement fort . . . la démocratie du vieux type est sans valeur, et il n'est pas possible qu'un pays soit gouverné par une *oligarchie de politiciens ignorants, rêveurs ou charlatans* . . . *Démocratie cela? Non, mille fois non. Démocratie veut dire accès au pouvoir des gens de mérite, ou c'est un mot qui n'intéresse pas les honnêtes gens . . . démocratique veut dire avant tout justice.*»

Para praticar uma politica nacional cumpria contar com a adesão do povo; mas nada se fez para o esclarecer. Todos, pelo contrário, aceitaram a situação como ela era, tratando de a explorar para o seu jogo e alcinhando de «reaccionários» os que tentavam, com honestidade e hombridade, dizer á Nação as verdades claras. «Hypocrisie, car l'idéal démocratique n'est pas en danger et nul n'y vent toucher; mais les moyens à employer pour les faire passer dans les faits sont susceptibles d'être discutés et valent en définitive selon l'expérience. Si pour servir des aspirations justes nous usons de procédés defectueux, faute d'être renseignés exactement sur les réalités, il est de notre devoir de rectifier notre tir, ou bien alors ne parlons plus de notre idéal, car au lieu d'être son serviteur nous devenons son ennemi, si nous sommes l'obstacle à sa réalisation».

Em outro livro também recente (*Où allons nous?* por Victor Cambon<sup>1</sup>) define-se a situação por estes termos: nenhum raciocínio sensato, nenhum facto evidente, tinham influxo sobre a nação: o povo preferia a indigência perpétua a ter de abandonar as suas ideias falsas... As pessoas cultas e abastadas, a quem é costume chamar burgueses, não queriam gastar o seu dinheiro, nem o seu tempo, em auxiliar o povo e instruí-lo... Mas o facto mais extraordinário é que para o partido «radical», que causara tantos males à nação, assim antes como durante a guerra, que provocara a desmoralização dos combatentes e protegera os traidores já descobertos,—para esse partido continuavam indo, apesar de tudo, as preferências de muita gente... O éxito de tal partido tinha por causa a indisciplina e a desunião da maioria; e mais uma vez se demonstrava que uma minoria disciplinada, actuante, triunfa, por má que seja a sua causa, de uma maioria muito superior, moral e intelectualmente, mas que não tem coesão e não tem chefe. A política era uma luta de clientelas em que se não levantava uma ideia fecunda, um principio bem estudado, uma visão clarividente, ou individualidades de competência; e quanto á literatura... transcrevamos na própria língua, para que não creia o leitor que quem pinta somos nós, e que o modelo é Portugal: «quant à la littérature, elle consistait pour eux à prendre une plume et du papier et à se demander, suivant l'actualité, sur quoi on écrirait le nombre de lignes convenu, l'imagination tenant lieu de connaissances, le bagout d'arguments, des mots sans signification dissimulant l'absence d'idées nettes. On décorait ces pauvretés du nom d'idéalisme».

O atraso económico do país é uma das primeiras consequências dessa maneira de desgovernar (unida aos vícios, aliás, da formação social da França)—atraso que constitue, por sua vez, um empecilho para a Democracia. Com efeito, não se concebe o progresso democrático sem o desenvolvimento da riqueza. Impossível se torna elevar o povo sem que suprimamos a miséria, sem que lhe melhorem as condições materiais; e como multiplicar os objectos de consumo sem primeiramente reforçar os diversos meios de produção?<sup>2</sup>

Dos desleixos económicos da França que a nós nos interessam parti-

<sup>1</sup> Payot & C.<sup>ie</sup>, Paris, 1918. Leia-se também um livro escrito antes da guerra por outro democrata verdadeiro, independente e patriota, o sr. André Chéradame, com o título *a Crise française*.

<sup>2</sup> Por isso temos dito que a Republica, entre nós, graças á completa nulidade e ao charlatanismo dos seus políticos, ainda não iniciou até hoje a democratização de Portugal. Deixou tudo intacto (substituiu pessoas, mas não revolucionou coisa alguma): a mesma bárbara economia; o mesmo regime de produção; o mesmíssimo arranjo agrário; o mesmo oligarquismo agrícola, comerciante, banqueiro, industrial; o mesmo parasitismo aduaneiro; a mesma injustiça tributaria; a mesma instrução primária de cartilha; o mesmo recrutamento de professorado; o mesmo sistema de rendas, de hipotecas, de penhores; os mesmos métodos de trabalho; a mesma jogatina de cambios louca e os mesmos juros usurários... E para encobrir este zero, muita bugiganga no *Diario* e um terramoto sobre padres, freiras e sacristães...

Acrescentemos que quanto mais democratismo económico nela houver, de mais *educação* democratica necessita uma nação. Todas as melhorias e progressos nas condições materiais de existência deixam de alcançar o seu objectivo sem a simultanea vigorização da consciencia moral. O problema económico e o problema educativo, sobretudo entre nós, são completamente inseparáveis: constituem um unico problema. Os economistas e os pedagogos que não vêem isto são meios economistas e meios pedagogos.

cularmente, pela identidade das circunstancias, é um o da energia hydro-electrica. Aquele país é, depois da Suecia e da Noruega, o mais rico da Europa em fôrças hydraulicas. Emquanto a Inglaterra tem nas correntes de agua a possibilidade de um milhão, e a Alemanha a de milhão e meio de cavalos-vapor, tem a França uma dezena de milhões, segundo o inquerito de M. de la Brosse. Dessa energia, porém, só está aproveitada a decima parte: desperdiçam-se pois 9 milhões. Pode-se fazer funcionar o cavallo hydraulico até 6.000 horas dentro do um ano, quando se utilize o trabalho nocturno; numa central termica conta-se 1 quilo de carvão para produzir um cavallo-hora: os 9 milhões desperdiçados correspondem pois, por ano, a 54 milhões de toneladas de carvão, mais que o consumo actual daquele país. Dizer que a França se deixou superar, na indústria, por falta de carvão, é pois desculpa das de mau pagador. Mas a solução do problema tem esbarrado contra dois obices: politica jacobina e burocracia,—o morbo gaulês.

Nos portos, nos metodos de trabalho, nos meios de transporte, nas condições de vida e na higiene,—as mesmas manifestações do mesmo morbo, a que os Americanos, apenas chegados, trataram logo de remediar. «Grande espanto dos seus soldados, ao espalharem-se através da França—diz Cambon—foi o notarem, tanto nas cidades como nos campos, a ausencia completa de higiene, de limpeza e de cultura física. De aí os trabalhos enormes de saneamento, as analyses e investigações de agua potavel, etc., a que imediatamente se dedicaram... À medida que percorriam o país, os seus engenheiros e intendentes, admirados do retrógrado, do vagaroso e do incapaz dos nossos metodos, bem como do nosso apetrechamento, empreenderam sem demora, e à sua custa, sem contar, a reforma de todas as antiquilhas,—e foi com estupefacção que vimos surgir, súbito, á sua passagem, as construções, as vias ferreas, as gares, os armazens, as oficinas,—como se uma vara de condão houvesse tocado a nossa terra. Nunca tão incomparavel lição de coisas se ofereceu aos olhos dos nossos compatriotas; nunca, no meio de actividade tão estu-penda, deixou de se mostrar inexgotavel para conosco a filantropia americana. E Cambon, na ultima página da sua obra, afirma que a França só poderá regenerar-se pelo socorro dos Estados-Unidos: «Lorsque le chef des armées américaines, mettant le pied sur la terre de France, poussa ce cri du cœur désormais historique: Lafayette, nous voilà!—il annonce le geste qui peut seul nous sauver. Ainsi, sur la route dangereuse que nous suivons, grandit dans l'horizon noir une lueur qui nous préservera de la chute dans l'abîme».

Com efeito, não é pequena a obra a realizar,—nada menos, como sustenta Lysis, de que «*changer du tout au tout... notre pays marche vers un état différent comme le jour et la nuit de celui qu'il a connu jusqu'ici*; nos vieilles méthodes ont fait leur temps.»

Dessas reformas profundas e totais, pospunhamos, por hoje, a da tecnica e a do ensino, para considerarmos a questão a que se chama «social», as relações da burguesia e do operariado. Lysis e Cambon apontam concordemente os erros das duas «classes», e o caminho que releva que elas sigam.

Pelo que respeita á burguesia,—que abandone o costume nocivissimo do isolamento e da inercia política; que se sujeite á necessidade da con-

centração industrial; que saiba falar ao operario, interessar-se pela sua pessoa e interessá-lo pelo seu mister; que estabeleça o principio taylorista do premio aos esforços mais rendosos, reconhecendo ao operario a participação na maior produtividade do seu trabalho; que compreenda, finalmente, o que há justo e verdadeiro no movimento do socialismo. Se as fórmulas do socialismo foram incompletas, e, por esse lado, falsas e perigosas, elas não deixam por isso de expressar—nota Lysis—verdades importantes e de primeira ordem. O certo é que abandonado a si mesmo, sem restrições legais e de natureza moral, o capitalismo degenera em um regime de bestialidade, onde o operario não é um ser humano mas um simples elemento do custo de produção, como a materia prima ou o combustível, como um cavalo ou uma máquina. Demais, as tecnicas de hoje são tão complexas que a maioria não pode intervir na direcção industrial, tendo que deixar-se governar por poucas pessoas entendidas; e essa irresponsabilidade cria um direito: é injusto que o operario sofra os efeitos de uma má direcção em que não intervêm, e quem abandona as grandes esperanças deve ter a compensação de se sentir seguro. Não deve o capitalista considerar-se como um homem que prospera e que se opulenta por um direito natural e intangível, mas como um chefe de produção; e é essa função social que legitima a propriedade. A propriedade perde os seus direitos quando seja empregada anti-socialmente.

Por seu turno, deve o operario compreender que a sorte das indústrias—e por consequencia a dos trabalhadores—depende da acção dos chefes de indústria; que o atractivo da propriedade é necessario á iniciativa; que a idea da luta entre as classes é despicienda e perturbadora, devendo ceder á de solidariedade entre os interessados na mesma indústria; e que o verdadeiro valor do salario é o poder de compra do dinheiro, dependente da abundancia, da ordem, e da barateza da produção.

Muitas condições são necessarias para que se norteie finalmente a vida do povo em que se concentram, neste momento, as simpatias da humanidade. Uma revolução espiritual, uma revolução na educação publica, no apetrechamento tecnico, no sistema politico. «Temos por ideal o ser regidos—diz Cambon—por uma constituição que confie a autoridade a um homem digno de a exercer; o controlo a uma assemblea nacional eleita por uma formula que nos dê, em lugar de distribuidores de privilegios, servidores autenticos da nação; o estudo das leis a um corpo especial que tenha por mister o fazer leis; e a sua execução, finalmente, a ministros com estabilidade, independentes de clientelas e bem resolutos a applicá-las... Queremos enfim desenvolver as ideas, o altruismo e o campo de actividade dos que deteem a produção, a finança, os intercambios, para aniquilar as razões de queixa que teem servido de trampolim aos acrobatas da demagogia».

Esforcei-me por transmitir aos meus leitores as proprias palavras dos dois publicistas. É bom que o que lá se diz seja conhecido na nossa terra, tão doente como a França,—e por imitação dela,—de *l'erreur française*, ou morbo gaulês.

ANTÓNIO SERGIO.

## COMENTARIOS

## Ideas e Factos

**A proposito do regresso dos Herois.**—Ouvi de quem vae tendo muito grande responsabilidade na governação, que os officiaes, no regresso da guerra, irão em boa parte fazer o cadastro da propriedade rustica; leio nos jornaes que a Escola de Guerra irá receber os officiaes milicianos vindos das batalhas para lhes terminar o tirocinio, áqueles que pelas armas queiram fazer carreira. Conclúe-se, pois, que a maxima parte da nossa gente mais culta que foi imprevisitamente chamada ás fileiras e que era constituída por medicos, engenheiros, farmaceuticos, estudantes das varias carreiras, conductores de obras, padres, professores, etc., vae deixar definitivamente as profissões que exercia antes da guerra, e fazer-se militar.

Consideramos isto um grande prejuizo nacional.

Sabe-se perfeitamente que a guerra avariou o modo de vida de toda essa gente que, na maxima parte, vem encontrar tapados por outros os logares onde exercia a sua actividade. Mas em vez de ir buscar ao orçamento da Guerra o subsidio para a vida d'esses deslocados, urge que seja sobretudo o ministerio da Agricultura o que deva subsidia-los, e principalmente que *eles encontrem no labor extra-orçamentado* o seu futuro. A crise portugüesa actual provém, afinal, de uma pessima distribuição da Grei pelos misteres e d'um cafreal rendimento do trabalho em cada mister. —Como se comprehende então que o Governo vá fomentar ainda mais essa desorganisação do trabalho nacional, entregando ás armas estereis, já agora que acabou a guerra, os braços e as cabeças mais capazes de fazer uma remodelação na vida nacional?

Os soldados portugueses que fôram para a Europa batalhar viram todos— não resta duvida—o trabalho agricola da França e da Flandres; e notaram como o cavallo d'essas terras e as maquinas faziam uma agricultura rendosa e progressiva.

Examinaram, por muito extranhos e desatentos que fossem á vida industrial das terras por onde andaram, como é diferente a actividade fabril e de transportes do estrangeiro e de Portugal. Essa nossa gente que as circumstancias obrigaram a vestir uma farda por muitos meses, colheu umas valiosissimas lições de coisas, sentiu um estimulo fortissimo para vir trabalhar em Portugal a favor da economia e da educação portuguesa no fim da guerra, não só porque arriscou a sua vida pela Patria, mas tambem porque foi chocada pelo contraste das condições da concorrência da actividade alheia com a nossa.—Morrer pela Grei é o que menos vale; o que mais é preciso é viver por ela.

A vida portuguesa tem sido e continúa a ser de expedientes de occasião: não se atende ao futuro; não se marca um destino nacional. Criam-se cozinhas economicas, e não se estimula a produção dos generos alimenticios que elas reclamam, nem se cuida de limitar, por um chamamento a

trabalhos uteis á comunidade, a gente que d'essas cozinhas se ha-de aproveitar; aumenta-se e arma-se bem a policia para manter a Ordem, mas não se reduzem d'uma cifra os 13:000 vadios de Lisboa pelo seu destino para o cultivo da terra, para a arborisação dos berberescos e desnudados outeiros e montes das cercanias da capital, pelo seu emprego na abertura e conservação de estradas—em companhia com a restante vadiagem de todo o paiz; pelo contrario abrem-se novas inscrições de operarios por conta do Estado, em agravamento dos 3:200 contos que anualmente eles devoram em pura perda (tres mil e duzentos contos por ano bastariam, mesmo agora, para notabilissimas obras de fomento e de valorisação da Greil); sufocam-se a tempo os movimentos grevistas, dissolvem-se os sindicatos e associações de classe, mas não se cuida de ver que no fundo da nossa desorganisação social que nos traz em permanente sobresalto e com as tropas em constante prevenção de revoltas, está uma terrivel questão agraria, uma funesta organisação da vida do Estado e dos municipios nas cidades, preponderantes do paiz, e um atrazo vergonhoso na producção agricola e industrial e na *exploração do solo de todo o paiz*, não valendo de nada, não remedeando nada todo esse aparato pretoriano para a Ordem sem que a governação vá ao mesmo tempo resolutamente aplicar a cura salvadora áqueles males organicos da vida portuguesa, facultando um outro ambiente á actividade agricola, remodelando as cidades, estimulando outros factores economicos ás industrias, em que o barateamento da energia (pela hydroelectrica), e outras maquinas e fabricas e organisação do trabalho, são o mais fundamental.

Elevou-se a pauta dos trigos, e escasseia cada vez mais o trigo nacional; não ha carnes; o azeite está carissimo... a producção agricola nacional claudicante não acompanha no seu crescimento a divida fluctuante.—Porquê?

—Porque a creação do ministerio da Agricultura e a alta dos preços dos cereaes panificaveis não bastam, por encher columnas no Diario do Governo, para resolver enormes faltas de producção que se baseiam em defeituosos arranjos sociaes não, debelaveis por simples expedientes de soldos e armas na policia e nas tropas, e por um bôdo aos pobres em salarios e rações.

Deixemos, se ainda é tempo, a politica dos expedientes de occasião.

Mas tratavamos do destino dos officiaes milicianos quando vierem da guerra. No cadastro da propriedade rustica não darão quasi nada. Os seus conhecimentos topograficos—sabem-no todos os que fizeram a preparação para a guerra—são deficientissimos, ridicula como era a maneira de os adextrar<sup>1</sup>. E se temos de os meter outra vez na escoia para os ensinar a ir fazer o cadastro da propriedade rustica, será melhor leva-los, então, a outras escolas que possam prepara-los para trabalhos mais uteis. Havemos de provar n'esta publicação que aquele cadastro assim nos ficaria carissimo, viria tarde demais para qualquer remodelação proveitosa da contribuição predial, e não traria, por si só, o mais leve beneficio ao arranjo dos nossos predios agricolas: que o cadastro, com esta nossa vida de hoje, não é necessario nem para o Estado nem para a gente.

---

<sup>1</sup> Curvas de nivel—um pão cortado as fatias; a distancia estadimetrica pelas falanges, etc., etc., etc.

Ha outras coisas muito mais urgentes e proveitosas a fazer.

Entregae á lavoura *moderna* os braços dos soldados que vem da guerra; entregae á orientação d'essa lavoura os melhores officiaes milicianos que venham da guerra.

Sejamos claros e francos:—temos de pagar, e pelo orçamento do Estado, aos soldados e aos officiaes que veem da guerra?

Se temos, haja o cuidado maximo de os empregar n'aquilo de que a nação possa tirar a maxima vantagem. Ora, não é de modo nenhum nos quartéis, a comerem o que os outros, os civis, produzem com fadigas, e a sorverem os impostos agenciados com suores, que os herois que veem da guerra, amantes da Patria, cuidadosos do melhor destino da Grei, podem mostrar o seu patriotismo e desejo de melhores dias para Portugal. Sabemos bem que as nações, como os homens, não se alimentam de versos nem de balas, embora não dispensem os poetas e as tropas.—E. C.

**A crise economica.**—Ela aí está. As fábricas cheias de produtos que não saem; os comerciantes sem comprar ás fábricas, porque não vendem aos freguezes; êstes, retraídos, á espera do barateamento. A situação é aflitiva;—e diante do pavor de uns e outros não nos consola a idea de que há um ano estamos prêgando a previdencia, o estudo, a intervenção das classes activas no governo do País, a necessidade imperiosa de um plano de conjunto de vida nacional. A solidariedade dos individuos, das classes e das nações é um facto; e quando os homens não querem tomar consciência dêsse facto, impregná-lo de intelligencia, de previsão, de moralidade, o facto vinga-se, terrivelmente, dos espiritos tiranos que o não querem admitir. A produção não pode continuar anárquica: tem de submeter-se a um plano de conjunto; tem de organizar-se e disciplinar-se; tem de resolver, pela educação e pela justiça, os antagonismos do Capital e do Trabalho; tem de, governando-se a si mesma, ser ela mesma o verdadeiro governo, a verdadeira cabeça da Política. Hoje, para a Burguezia, a ignorancia, a indolencia, a inintelligencia, a injustiça, são pecados capitais: pagam-se com a vida.

Durante um ano (foi há um ano que lançámos o programa de *Pela Grei*) estudámos, previmos, apresentámos planos. A Agricultura não nos ouviu; a Industria não nos ouviu; o Comercio não nos ouviu; o Governo não nos ouviu; a Imprensa não nos ouviu. Hão de nos ouvir. Ou a nós, ou áqueles que repetem as nossas palavras (melhor ou pior, já as vão repetindo). Hão-de fatalmente de dar ouvidos,—a não ser que as prefiram *ditadas*, um dia, depois de traduzidas em inglez.

Ser intelihente é ser capaz de prever; as «fôrças vivas», portanto, não quizeram ser fôrças inteligentes. Agora, ei-las aterradas com as suas próprias dificuldades. É perfeitamente legitima essa preocupação dos seus interesses; mas não deve ser a única: do que fizerem as «fôrças vivas» dependemos todos nós; há em tudo isso uma questão moral.

O comandante de um navio deve prever os riscos da viagem, não só pelo perigo da sua pessoa, mas porque depende do seu comando a vida dos passageiros. Os industriais, os agricultores, os comerciantes, são os chefes da Produção; são os dirigentes, os comandantes do navio: teem responsabilidades morais para com os que tripulam, humildes, a grande barca do Trabalho. Não é justo que êstes sofram da imprevidencia do co-

mandante, da preguiça do piloto, ou da distracção do timoneiro. *Noblesse oblige.*

Na sessão de comerciantes e industriais, efectuada em 9 de Dezembro na Sociedade de Geografia, S.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> não revelaram a indispensável consciência da sua função do comando, da sua função directiva e nacional; mas cremos que virão a convencer-se de quanto é ela necessária—absolutamente necessária—á verdadeira solução das suas dificuldades individuais.—A. S.

**A superstição da materia em pedagogia.**—Em tudo se manifesta a tendencia lusitana de não ir além dos accidentes materiais da vida, julgando que é nesses accidentes da materia que está a fonte essencial dos actos. Sistemáticamente nos apegamos aos objectos, aos ritos, aos gestos mecânicos, á mascarada, esquecendo o *espírito* das coisas. Em Portugal é sempre o hábito, — e só o hábito, — que nos parece fazer o monge; o mundo, para nós, é uma colecção de balandraus; e admira que não fôsse um dos nossos intellectuais e reformadores quem, num dia de sol fecundo, inventou o moinho de orações. Temos dito mil vezes isto mesmo; mas é necessario repeti-lo, tantos, e tão grandes, são os exemplos que se nos impõem, todos os dias, a todas as horas.

No mesmo numero do *Diario de Noticias* (28 de Novembro) estes dois trechos:

1.º «Pelos dados colhidos dos mapas mensais das escolas centrais e parroquiais de Lisboa, a matrícula e a frequencia média baixaram consideravelmente.»

2.º «Na sessão da Camara o sr. dr. Dario Cabral enviou para a mesa a proposta seguinte:

«Estando a capital do país pessimamente provida de edificios escolares primarios, proponho que se officie ao secretario de Estado da instrução no sentido de ser distribuida á cidade de Lisboa parte da verba de 5:000 contos destinada a construções escolares primarias».

Temos pois que o povo foge das escolas, e que as autoridades decidem, diante disso, gastar milhares de contos em edificios. Todos julgarão que as autoridades se convenceram de que o povo foge das escolas porque acha maus os edificios; aliás, seria loucura fazer mais casas precisamente quando se verifica que diminue a gente para meter nelas.

Suponhamos que as autoridades teem o direito de supor que o problema pedagogico é um problema de pedra e cal; de ignorar que o grande inspirador da moderna pedagogia, Rousseau, disse que o melhor edificio escolar era a sombra de uma arvore; suponhamos...

O governo e os vereadores não conhecem pedagogos; mas tambem não raciocinam sobre os factos que lhes narram autoridades e vereadores,— e todo homem de senso comum deve saber, ao menos, tirar inferencias de factos simples de que tenha conhecimento. O snr. F. Mira, *que fez parte, há pouco tempo, da Comissão Administrativa do Municipio de Lisboa*, escreveu o seguinte, depois de uma visita ás escolas primarias:

«Das visitas que fizemos ás escolas de Lisboa trouxemos a impressão de que os seus professores se podem dividir em três classes: a dos que cumprem estritamente o seu dever, como funcionarios publicos que entram

e saem ás horas devidas, sem falhas mas sem entusiasmo; e é esta de muito a mais numerosa; a dos que fogem ao estrito cumprimento dos seus deveres; finalmente, a dos que cumprem amorosamente o seu dever; e são ainda, em Lisboa, em numero apreciavel. *É este o segredo de uma ou de outra escola em que a frequencia não baixa, de uma ou outra classe que a mantêm quando outras classes da mesma escola se despoõemam.*

Vêem v.<sup>as</sup> ex.<sup>as</sup>? Os factos provam que a frequencia não depende da qualidade do edificio, mas da qualidade do professor; não é função da *materia*, é função do *espirito*...

Tudo em pedagogia é função do espirito. Se depois disto v.<sup>as</sup> ex.<sup>as</sup> concluem que o remedio é construir edificios... que diabo lhes havemos nós de fazer? — A. S.

**Bibliografia**—*Da pintura antiga*, tratado de Francisco de Hollanda escrito em 1548 e agora publicado na primeira edição completa por Joaquim de Vasconcelos, Renascença Portuguesa, Porto, 1918, 352 pag., 1\$20; *A função economica do ensino comercial superior*, por Francisco Antonio Correia, Tipographia da Renascença Portuguesa, Porto, 1918, 45 pag.; *Educar*, por Agostinho de Campos, Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1918, 352 pag., 1\$00; *As ilhas de S. Tomé e Príncipe desconhecidas*, por A. Loureiro da Fonseca, Lisboa, 1918; *Batalhão de marinha expedicionario a Angola*, por F. d'Oliveira Pinto, Lisboa, 1918, 66 pag.; *O Economista português*, revista semanal, Lisboa.

O tratado da *Pintura antiga* cremos que seja um dos mais valiosos e estimaveis produtos que vieram ao mundo de uma intelligencia portuguesa; e agora, que sofremos um eclipse de disciplina intelectual e de saber, e um auge de sentimentalismo chauvinista e de ignorancia charlatanesca, vem a proposito divulgar a obra de um legitimo representante dos belos tempos em que, aspirando á cultura universal e enciclopedica, a elite portuguesa — « estrangeirada » na mais bela acepção do termo — se iniciava no labor fecundo dos grandes centros da Europa culta, afirmando, nessa adolescencia magnífica que não chegou á virilidade plena, um luminosissimo ideal de disciplina de razão. A universal cultura, o objectivismo, a intelligencia clara e disciplinada, o espirito crítico discriminante (características do homem verdadeiramente civilizado que convergem na realização de uma forte moralidade) tiveram em Francisco de Hollanda um campeão e um expositor dos mais cabais e admiraveis. Só nos compete falar da obra á luz do criterio desta revista, social e não estetico; e porisso diremos que os capitulos VIII, IX e X deveriam ser lidos por todos os Portugueses do nosso tempo. « Muitas sciencias e noticias — diz Hollanda — conveem ao pintor de quem falo para perfeição de sua virtude, e, quando não puder todas saber compridamente (que melhor seria) deve ao menos de não ser ignorante delas, e de cada uma por si ter boa parte de noticia » (p. 83). A cultura universal é pois a primeira característica do ideal humano de Francisco de Hollanda <sup>1</sup>; a segunda é o espirito objectivo: porisso o

<sup>1</sup> Esse mesmo principio foi ha pouco defendido, num artigo da *Aguia*, por um artista « estrangeirado » dos nossos dias, o snr. Viana da Mota. E é ensejo agora, a proposito dos concertos no Politeama, de reconhecer em Viana da Mota uma autentica autoridade, um modelo de probidade intelectual e de verdadeira e sólida cultura, um mestre completo

artista procederá «com tanta confiança naquilo (a observação) e com tão pouca em si nem nas outras obras que se fazem, que o que fará sem ser examinado pela verdade do natural, ainda que bem lhe pareça a ele nem a todos, este não crerá nem terá por bom; e sómente se contente daquelas obras que vir serem ao proprio, ainda que bem parecessem impossíveis e falsas e sem tanto fingimento de galanteria como seriam de sua fantasia inventadas» (p. 88-89). Espírito crítico, proporção, intelligencia, clareza, discriminação, constituem o terceiro rasgo do verdadeiro escol da humanidade: «d'ali aprenda a grandeza e severidade de invenção; d'ali a simetria e prudentíssima proporção de cada parte e membro das suas obras; d'ali a perfeição e decoro<sup>1</sup>, dando a cada coisa o que seu é; d'ali aprenda a repartir e eleger, e o fugir de mostrar tudo confusamente; d'ali aprenda a fazer muito pouco e muito bem... escolhendo sempre o mais pouco e o melhor entre o melhor, e o despejado e os espaços, fóra dos entricamentos da confusão e do mau eleger» (p. 20). E todos estes dotes e faculdades, todas estas disciplinas intellectuais, toda esta soberba força de espirito e virilidade de intelligencia, — teem um fim moral em que convergem: «tudo para doutrina e exemplo nosso... Deve o pintor ser muito discreto e advertido, virtuoso e moderado, tanto em todas as suas cousas e conselhos como na razão das suas obras... A idea na pintura é uma imagem que ha-de ver o entendimento do pintor com olhos interiores em grandissimo silencio e segredo, a qual ha-de imaginar e escolher a mais rara e excelente que sua imaginação e prudencia puder alcançar, como um exemplo sonhado ou visto em o céu ou em outra parte, o qual ha-de seguir e querer depois arremedar e mostrar fóra com a obra de suas mãos propriamente, como o concebeu e viu dentro em seu entendimento... assi que a idea é a mais altissima cousa na pintura que se pode imaginar dos entendimentos, porque como é obra do entendimento e do espirito convem-lhe que seja muito conforme a si mesma, e como isto tiver, ir-se alevantando cada vez mais e fazendo-se espirito e ir-se-ha misclar com a fonte e exemplo das primeiras ideas, que é Deus» (p. 84, 81, e 99-100).

Todos devemos agradecer ao snr. Joaquim de Vasconcellos<sup>2</sup> e á sociedade «Renascença Portuguesa» a edição da *Pintura antiga*; e a propósito, rogamos que se não confundam nesta sociedade duas coisas muito diversas: por um lado, uma pretensa escola literária que com ela nasceu sob o rótulo de «saudosismo» e teve a morte que merecia, desistindo dessa quimera alguns escritores de merito que, por um momento, a tomaram a sério; e por outro lado, a benemerita, solida e bem norteada

da sua arte. Cá no país da Charlatânia não devem perder-se as ocasiões — tão rarissimas! — de apontar casos destes.

<sup>1</sup> Hollanda chama *decoro* á unidade de concepção e convergencia dos efeitos. Veja-se o cap. xxxviii. Os Portugueses de hoje, incorrigivelmente românticos e primitivos, sentimentais e adversários da lógica, devem ler, outrosim, as belas paginas de um grande artista contemporaneo, Carrière, nos seus *Ecrits et lettres choisies*, ed. do Mercure de France. «Partout — diz Carrière — triomphe une logique consciente... Rien n'est hasard, tout n'est que logique... La logique est poète, l'incohérence est le caractère de ce qu'on nomme (em arte) l'esprit bourgeois».

<sup>2</sup> Já este distinto historiador de arte publicara o tratado *Da fabrica que falece á cidade de Lisboa*, Porto, 1879; *Da sciencia do desenho*, mesmo ano; e uma edição alemã do tratado, de 1899.

organização que tem, como casa editora, e graças a uma excelente administração, prestado importantíssimos serviços aos nossos escritores e estudiosos, como mais uma vez prestou agora, dando-nos o tratado de Francisco de Hollanda.

Por um qualquer transtorno fortuito, só muito tarde nos chegou ás mãos a conferencia do distinto director do Instituto Superior de Comercio, snr. Francisco Antonio Correa, sobre *A função economica do ensino comercial superior*. Respondendo a um problema posto por s. ex.<sup>a</sup> o reitor da Universidade de Lisboa, o autor mostra que os principais factores da expansão comercial da Alemanha foram os bancos, os carteis e os transportes, e que no ritmo dessa evolução económica o ensino comercial superior desempenhou uma função essencialissima, não só pelo que respeita ao comercio propriamente dito mas ainda no que interessa á agricultura e á industria, cujos aperfeiçoamentos tecnicos serão sempre insufficientes, se a par dos melhoramentos agricolas e fabris não houver uma organização comercial apropriada para os aproveitar convenientemente na luta da concorrência. O autor mostra como, durante a guerra, a Gran Bretanha, a França e a Italia procuraram remediar o atrazo em que se encontravam neste campo. Entre nós, infelizmente, o ensino superior, incluindo o de comercio, serve quasi exclusivamente para formar funcionarios, e dos alunos diplomados com o curso superior de comercio apenas uma percentagem deminuta se consagra realmente á vida dos negocios. Se conseguissemos desviar para a agricultura, para a industria, para o comercio, a corrente que hoje se encontra estabelecida para o funcionalismo, concorreríamos para eliminar o regime de feudalismo industrial e comercial, a aristocracia dos capitais que nos asfixia lentamente. Tal regime traz como resultado a indisciplina da produção, os açambarcamentos, as crises de subsistencias, todos os males que se traduzem pela carestia da vida; e presenceamos então este contraste singular, que é a negação de todos os principios de solidariedade social: um povo que vive na mais triste miseria, ao lado de comerciantes e industriais que enriquecem fabulosamente em pouco tempo. Estes factos seriam impossiveis se houvesse, entre nós, um corpo de comerciantes instruidos aptos a normalizarem a concorrência e a adaptar a produção ás necessidades do consumo; capazes de fazerem entrar o nosso país na corrente de saneamento de costumes comerciais, que caracteriza os povos civilizados. Para introduzir no comercio essas competencias, desviando da burocracia os individuos habilitados, propõe o snr. Francisco Antonio Correa que se estabeleça por lei o exclusivo dos lugares de gerentes e administradores das sociedades anónimas, que venham a formar-se no futuro, para os diplomados com o curso superior de comercio.

Este resumo não dá talvez idea da moderna e generosa orientação do activo director do Instituto, cuja iniciativa e competencia ainda recentemente se salientaram nos trabalhos para fundação do museu comercial; da independencia e justeza da sua critica foram amostras os estudos, infelizmente interrompidos, sobre os nossos costumes comerciais.

O livro *Educar* não é, como se poderia supor pelo titulo, uma obra de sistematica, mas um formoso ramilhete de comentarios, de ponderações

e de conceitos, sugeridos ao seu autor por casos e costumes da nossa terra, e expostos com a forma leve e graciosa, luzida e elegante, que tornam as obras do sr. Agostinho de Campos eminentemente próprias para a função, agradável e utilíssima, de difundir benéficas sugestões. Nem todos os seus dizeres nos parecem inconcussos, — ou, pelo menos, necessitariam de *distinguos*; mas em grandíssima maioria veem esculpídos e escarolados por evidente e autentico bõem-senso. Isto, por exemplo, que escolhemos para amostra pela importancia do assunto: «a nossa escola primaria é uma dispendiosa e nociva instituição, absorvida inteiramente com as transcendencias da leitura e da escrita e incapaz de fazer-se amar pelo povo, que instinctivamente vê nela, com razão sobeja, uma officina de inutilização dos seus filhos... O grande mal, não só do nosso país, mas de todos os do Sul da Europa e creio que daqueles de origem colonial em que as mesmas raças predominam, é a errada concepção que neles se formou e perdura, acerca do espirito e do objecto da educação popular. Dela resulta que êsses países teem uma instrução primária além de pouca, má; e a sua grande desgraça não é que tenham poucas escolas ou escolas pouco frequentadas, mas que nas poucas que existem a educação seja, na realidade, *deseducação*. Supôr que a principal função da escola primária é ensinar a ler — eis o erro fundamental que urge combater e corrigir... O cancro do analfabetismo! Ainda hoje vi escrito e impresso este irritante lugar comum, que veio ocupar, nas teologias ateistas da hora presente, os lugares vagos do Diabo e do Inferno de outros tempos. «Cancro és tu—tu que escreveste aquilo e que decerto nunca escreveste uma linha, ou uma letra, digna de ser lida pelo povo. Cancro és tu — e dos mais roedores — se o que pretendes é vender a tua cartilha, ou anichar-te numa escola a servir de mestre, ladrão mascarado de educador».

Um outro caso muito importante é o tratado pelo autor no capitulo *Ensino práctico e espirito scientifico*. Exponhamos a coisa como nós a vemos. Os professores do liceu não dão aos seus alunos o necessario ensino experimental. É que não vieram do ensino superior preparados para o fazer. Agora toma a palavra o professor universitario, e justifica-se com não dar ao futuro professor do liceu a preparação sufficiente por ele já vir mal preparado do liceu. Como vêem, um circulo: a Universidade dá maus professores ao liceu porque recebe do liceu maus alunos, e o liceu dá á Universidade maus alunos porque recebe dela maus professores. O leitor terá reparado que neste vaivem fala a Universidade como quem dá matéria para o circulo *sem fazer parte dele*, quer dizer, como quem não é vítima do sistema. Mas occorre perguntar: E os professores da Universidade? Vieram preparados do liceu? Foi possivel prepará-los na Universidade? Pode comprovar-se pelos factos a justeza desta dúvida, e demonstrar que a Universidade, se não prepara, não é só porque dos liceus lhe veem mal preparados os seus alunos, mas tambem porque ela, coitada, está metidinha dentro do circulo, não se encontrando, porisso, preparada para preparar... O facto a que aludimos, comprovativo daquela dúvida, é o seguinte: ensinam nos liceus muitos professores que o são tambem das Universidades: e êsses, como professores do liceu, não fornecem a si mesmos, como professores de Universidade, os alunos preparados de que carecem...

No meio desta roda, há quem peça á Universidade que dê cursos de férias aos professores liceais, fornecendo-lhes agora, depois de saídos, a

preparação que lhes não deu quando eles lá estavam; e o snr. Agostinho de Campos, não querendo saber de desgraças, aconselha-a, e com razão, a que os prepare enquanto é tempo—enquanto os tiver lá como seus alunos... Pobre Universidade!

Venhamos em seu auxílio. O círculo tem de ser partido de fóra, metendo como professores da Universidade quem se tenha preparado fóra dele. De aí a urgencia de pensões de estudo no estrangeiro, de uma junta de ampliação como a espanhola, etc., etc. Mas ainda não é isso o mais importante: além da preparação na Universidade, cumpre-nos tambem considerar outra: a preparação nas Escolas Normais. Não se carece de ser um consumado experimentador para fazer bom ensino dentro do liceu; e nem todos os consumados experimentadores haveriam de dar, só por esse facto, os professores liceais mais convenientes. Bem antes pelo invés; transportar para o liceu o laboratorio universitario, *com o espirito tecnico que ele tem na Universidade* (e do qual um verdadeiro investigador difficilmente se liberta) é um erro pedagogico dos mais graves, porque são diversos o espirito, o objecto e a função dos dois ensinamentos. A Universidade visa, como um dos seus objectos principais, ao desenvolvimento *da sciencia*; e o liceu só se preocupa—ou deve preocupar-se—com o desenvolvimento *da criança*. Se aquella função se vai aprender na propria Universidade, a segunda só se aprende numa outra instituição: a Escola Normal. E é esta, sobretudo, quem deve partir o círculo vicioso da preparação dos professores <sup>1</sup>.

O estudo do snr. Loureiro da Fonseca sobre *As ilhas de S. Tomé e Príncipe* está concretizado em gráficos magnificos, sugestivos, impressionantes, que tornam o seu livro uma obra prima de propaganda. O folheto é o que deve ser: uma comparação nítida de números (perdõem os bachareis a quem os números entontecem). S. Tomé e Príncipe têm a superficie da cidade de Lisboa e mais sete concelhosinhos das cercanias; de 1910 a 1914 consumiram 1.106 contos de mercadorias nacionais e nacionalizadas, o que lhes dá uma capacidade de consumo quilométrica 676 vezes superior á de Angola; o comércio geral da colonia com a metropole é, por kilometro quadrado, 1.592 vezes maior do que o de Angola, 2.921 vezes maior que o de Moçambique, 5.035 vezes maior que o das restantes colonias. A metropole, diz o snr. Loureiro da Fonseca, tem sujeitado S. Tomé e Príncipe a uma verdadeira politica de exploração; a provincia paga, por unidade de superficie, 148 vezes mais impostos que Moçambique, e 527 vezes mais do que Angola; mas, segundo as palavras do nosso companheiro de campanha *pela Grei*, o snr. Ezequiel de Campos, não tem viação, nem saneamento urbano, nem portos apetrechados; a administração militar absorve 17 % das receitas da colonia; a instrução publica... 1 %! Pois, apesar duma administração financeira tão pasmosamente desastrada, a colonia não só consegue resistir-lhe, mas apresenta saldos positivos, que de 1889 a 1914 somaram a quantia de 2.639 contos. Qual o

<sup>1</sup> Referimo-nos, claro, aos professores primarios e liceais. Os professores da Universidade, e os da propria Escola Normal, tem de ser preparados com o concurso do estrangeiro: Portugueses que tinham ido lá fora, sumidades estrangeiras que se tenham atraído a Portugal.

destino desses saldos? Cobrir os deficits das outras colonias. Durante 25 anos, quasi  $\frac{2}{3}$  dos deficits coloniais foram cobertos á custa de S. Tomé e Príncipe. A conclusão a que o exame da administração colonial deve levar é, segundo as proprias palavras do sr. Loureiro da Fonseca, «um brado de revolta contra a acção deleteria que nela vem exercendo isso a que, por eufemismo, se convencionou entre nós chamar *politica*... Saibam as colonias impôr-se e fazer ouvir a sua vóz na metropole—principalmente nas assembleas onde lhes é concedida representação official—não por intermedio de simples figuras decorativas ou de méros comparsas escolhidos por indicação governamental, mas pela palavra e pela acção daqueles que ás colonias sabem dedicar o melhor do seu esfoço e as antepõem a quaisquer considerações partidarias. A colonização é uma sciencia e em sciencia não pode haver criterios democraticos, criterios unionistas, criterios evolucionistas ou criterios centristas... O que é indispensavel haver em materia de colonias é uma *opinião nacional* inspirada unicamente nos supremos interesses da Patria Portuguesa».

«Para que essa opinião se crie—visto que infelizmente ainda não existe—é indispensavel que todos os que nos dedicamos pelo ultramar português unamos os nossos esfoços, congregando-os num esfoço unico e irresistivel, para que, tão imediatamente quanto é mister, se afaste o partidario das colonias, começando-se pela neutralização do Ministerio das Colonias, onde a politica de facciosismos tem de ceder o passo á politica «sciencia de governo», porque o maior agravo que as colonias teem da metropole é—o terem sido pela metropole administradas e governadas quasi ininterruptamente sem sciencia e, não menos frequentemente, com a mais lamentavel das inconsciencias.»

Falando de colonias, devemos mencionar o folheto do snr. 1.º tenente Fernando de Oliveira Pinto, que descreve com sobriedade e patriotismo a acção do contingente de marinha que tomou parte nas operações para reocupação do territorio abandonado por ocasião do desastre de Naulila, bem como para a ocupação militar da região do Cuanhama, aonde nunca tinham ido quaisquer forças portuguesas. Lamentamos sempre que á bravura das nossas tropas, e ao esfoço militar que elas realizam, não corresponda o beneficio que deveriam ter, e que lhes dariam o tino administrativo e as faculdades de criação. O rail, disse Cecil Rhodes, custa menos que o canhão e tem muitissimo maior alcance; e o general Lyantey afirma que a verdadeira ocupação militar consiste menos em operações de guerra do que numa *organização* que marcha. Tomamos uma aringa de maneira diferente, diz ele ainda, quando pensamos no mercado que devemos montar nela no dia seguinte.

Que não fariam os nossos officiais, os nossos soldados, se acaso houvesse em Portugal um pensamento organico desta ordem!

É com o maior intresse que costumamos ler todas as semanas o *Economista português*. Sobre a debatida questão do imposto sobre os lucros de guerra fazia o numero de 5 de Outubro as seguintes considerações:

«Estamos portanto de acordo com o pensamento fundamental de se lançar uma contribuição extraordinaria, equitativa, sôbre os ganhos de guerra. Esta é uma necessidade

implacavel do destino, ainda que amanhã, com essas taxas ou com outras, possa vir a ser preciso parar ou retroceder de algum modo neste país desorganizado e pobre. Isto não quer dizer que o novo diploma (o decreto n.º 4841, logo depois revogado) não reflecte, na sua forma, defeitos importantes, explicaveis pela precipitação havida no caso.

«Mas nunca podia haver ahí motivo para a condenação absoluta do principio que está na sua essencia. Apenas seria preciso refundi-lo, melhorá-lo, de alto a baixo se quisessem, por todas as considerações ou transigencias indispensaveis ou convenientes. O mesmo há de acontecer no dos cambios; o mesmo em todos os que forem decretados através de circunstancias tão anormais, principalmente não sendo precedidos de uma discussão pública.

«Se um tal imposto não tivesse retroactividade, como por toda a parte, seria illusorio nos seus resultados fiscaes e nos próprios conceitos doutrinários, uma vez que estão para trás quasi todos os lucros de guerra. Simplesmente neste ponto é de summa necessidade dizer com toda a clareza até onde ela vae. O decreto n.º 4841 não foi sequer peremptório a tal respeito. Umas vezes pareceria que ela iria até 1 de julho de 1914. Outras vezes, seríamos quasi levados a deduzir que não se teria de recuar para além de 1 de janeiro de 1918.

«O decreto apenas seria extensivo ao continente da República. Provavelmente quise-ra-se deixar para outros diplomas especiaes o estabelecimento de impostos análogos nas ilhas adjacentes e nas colonias, onde é tão necessário justo e possivel fazer colectas nos lucros de guerra como na peninsula. As taxas devem ser identicas e obedecer ás mesmas regras essenciaes em todas as partes do territorio nacional.

«Também não se poderia aplaudir, como logo notámos, que se excluíssem da esfera de acção do imposto, os ganhos relacionados com géneros ou artigos cujos preços de produção, venda ou revenda, hajam sido afixados em tabela official. Pois nesses mesmos géneros, farinha, pão, açúcar, feijão, azeite, batatas, arroz e outros — os ganhos excepçoes ou suplementares devem ter ido muito além de 100.000 contos. Seria inadmissivel a excepção, em face da justiça, da necessidade e da base do tributo, que é a existencia do lucro novo ou extraordinário, tão real nesses casos como nos outros.

«Intencionalmente falamos em rendimentos ou lucros excepçoes ou suplementares, linguagem especial que entrou por toda a parte na terminologia fiscal e jurídica. Os primeiros são inteiramente novos e determinados pela guerra. Os segundos são os que, também ocasionados por ella, excedam os ordinarios e normaes, sendo estes calculados por médias anuaes anteriores á presente calamidade e applicando-se-lhes separadamente os impostos a que por lei estejam sujeitos.

«Repetimos que tudo isto é realmente difficil de apurar na prática, por maneira humanamente satisfatoria, numa nação pobre, indisciplinada e sem organização tributaria moderna. Mas diante das necessidades públicas supremas, isso apenas poderia constituir motivo para empenhos porfiados em atingir a maior perfeição possivel nos lançamentos pelos agentes das contribuições directas e por comissões especiaes.

«O imposto deveria ser progressivo sobre uma escala de três ou quatro fracções como na França, podendo a taxa maxima, no começo, ficar apenas em 70 ou mesmo em 60 %, em vez de se ir logo á de 80 % com todos os sobresaltos já presenciados. O rendimento normal, que ficaria, como vimos, fora da sua esfera de acção, nunca poderia ser avaliado abaixo de 10 % do capital empregado nas operações de que derivou o lucro suplementar. As empresas individuais ou colectivas que se constituíssem de futuro no decurso da guerra deveriam ter 50 % de redução nas taxas, durante dois anos de existencia.

«Enfim parece-nos que, sendo inevitavel ir-se de qualquer modo justo para o imposto sobre os lucros de guerra, é preciso que de todos os lados haja boa vontade para se chegar a uma solução prática. E esta, para merecer tal nome, deve representar a maxima conciliação possivel de todos os principios, de todos os interesses e de todas as classes sociais».

Estava impressa a ultima folha dêste caderno da *Pela Grei* quando mataram o Presidente, — vítima da incultura de uma Nação; vítima dos erros e dos vícios que temos apontado nestas paginas. Todos colaboraram para perder um homem que revelou qualidades excepcionais: os honestos não-políticos, porque lhe não deram (inertes, ignorantes, ou faltos de carácter) uma fôrça e uma orientação precisa para uma grande obra nacional; muitos dos conservadores, que o enredaram; muitos dos seus partidarios, que o comprometeram; e finalmente os seus inimigos, que lhe deram a morte. Porisso os assassinos, apontando-lhe as balas ao coração, aureolaram-no mártir de uma sociedade bárbara; e assim a fortuna, não lhe concedendo preparação maior para os problemas da sociedade, nem colaboradores á altura do seu esforço, fez do dr. Sidonio Pais menor estadista do que poderia ter sido; mas restituiu-lhe tanto como lhe tirou, escolhendo-o para a glória de vítima simbólica dos erros e vícios de todos nós.

A todos nos incumbe reparar o crime — que é de todos — não deixando inutil o seu sacrificio. «Salvem a Patria», exclamou ao morrer; e conta-se que já dissera a um dos seus amigos que se nada conseguisse pela sua vontade lhe restava servir-nos com a sua morte. Parecia-lhe impossivel, decerto, que nem mesmo assim a consciencia da Grei acordasse na elite de Portugal. Os factos favorecem o seu

designio; e os homens? Serão mais inconscientes do o que proprio acaso?

O povo portugêz, na comoção evidente que o trabalha hoje, tem a intuição confusa de uma verdade, de uma aspiração, de um destino, que a elite, como de costume, não está sabendo interpretar: a intuição de que o sacrificio dêste homem deve representar alguma coisa, e de que a morte, nas circumstancias em que esta se deu, ha-de ter em si uma significação de Vida. Aprender tal significação é exprimir a essencia desta figura historica e a verdadeira maneira de a comemorar, — transformando num plano e numa vontade lúcida, numa consciencia perfeita dos nossos perigos e no entendimento indispensavel para a salvação comùm, aquilo que não passou até hoje, na maioria dos admiradores do Presidente morto, de um entusiasmo idólatra e superficial que lhe deu a palma do martírio, privando-o do triunfo da realização.